

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PAOLA GOMES MACIEL

**MUDANÇAS NAS RELAÇÕES ENTRE SANTA SÉ E REPÚBLICA POPULAR
DA CHINA A PARTIR DO PAPADO DE FRANCISCO**

Santana do Livramento

2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

M32751m

Maciel, Paola Gomes

Mudanças nas relações entre Santa Sé e República Popular
da China a partir do Papado de Francisco / Paola Gomes
Maciel.

85 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2018.

"Orientação: Anna Carletti".

1. Relações bilaterais. 2. Santa Sé . 3. República Popular
da China . 4. Papa Francisco . 5. Vaticano. I. Título.

PAOLA GOMES MACIEL

**MUDANÇAS NAS RELAÇÕES ENTRE SANTA SÉ E REPÚBLICA POPULAR
DA CHINA A PARTIR DO PAPADO DE FRANCISCO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Relações
Internacionais pela Universidade Federal
do Pampa - UNIPAMPA.

Orientadora: Prof . Dr^a. Anna Carletti

Santana do Livramento

2018

PAOLA GOMES MACIEL

**MUDANÇAS NAS RELAÇÕES ENTRE SANTA SÉ E REPÚBLICA POPULAR
DA CHINA A PARTIR DO PAPADO DE FRANCISCO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Relações
Internacionais pela Universidade Federal
do Pampa - UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Anna Carletti (Orientadora)
Relações Internacionais – UNIPAMPA

Prof. Dr. Fábio Régio Bento (Membro da Banca)
Relações Internacionais – UNIPAMPA

Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt (Membro da Banca)
Relações Internacionais – UNIPAMPA

*Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso
à todas as pessoas que eu amo e que me
ajudaram até aqui.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais Paulo Maciel e Sônia Gomes Maciel por todo o apoio emocional, financeiro e por tudo que fizeram por mim durante o tempo dedicado a este trabalho. Sem vocês jamais aprenderia tudo que sei e conseguiria alcançar meus objetivos.

Agradeço também ao meu irmão Vinicius Maciel por me ajudar a concluir este trabalho.

Agradeço minhas amigas de longe por estarem comigo e me darem o apoio emocional necessário. As amigas de perto, Isielly e Geise por escutarem quando mais precisei falar.

Agradeço a Jonatan e Marielly por serem meus irmãos de coração e estarem comigo a todos os dias e com todos os problemas. O suporte de vocês foi o principal alicerce desta construção.

Agradeço às colegas e amigas que fiz nessa caminhada, Gabriela, Gabrielly e Pérla, por sempre tirarmos dúvidas juntas e também por tornarem a minha jornada mais alegre e completa.

Agradeço imensamente a minha orientadora Anna Carletti por todos os ensinamentos e pela ajuda na execução deste trabalho. Sem sua dedicação e conhecimento jamais conseguiria concluí-lo.

Agradeço também ao Lucas por ser melhor amigo, companheiro e fazer parte da minha vida neste trajeto, por ter me ajudado de maneira imensurável e por me ensinar a tirar forças de onde menos imaginei.

*A grande conquista é o resultado de
pequenas vitórias que passam
despercebidas.*

(Paulo Coelho)

RESUMO

Essa pesquisa aborda as mudanças nas relações bilaterais entre a Santa Sé e a República Popular da China (RPC) a partir do papado de Francisco, analisando historicamente suas relações e os elementos que indicaram a reaproximação de ambos atores rumo à assinatura de um acordo que visa o reestabelecimento das relações rompidas em 1951. Para isso, será analisado o papel Santa Sé como sujeito internacional e a maneira como as políticas internas e externas são influenciadas entre os atores. Também serão utilizados alguns conceitos como o de interesse nacional, e *soft power* sendo esta a principal forma de atuação internacional da Santa Sé. A respeito da RPC, será apresentada a concepção de religião na China, antes e depois da proclamação da República Popular da China, e a influência do comunismo na sua relação com a Santa Sé. O problema dessa pesquisa diz respeito aos interesses que o pontificado de Francisco e a China de Xi Jinping possuem na aproximação e eventual restabelecimento de relações entre a Santa Sé e a RPC. Considerando que o processo de reaproximação entre a Santa Sé e a China está ainda em andamento, a hipótese a ser verificada é que há, de fato, interesse por parte do Vaticano na assinatura de um acordo que facilite o reatamento das relações diplomáticas com a RPC. Portanto, com este trabalho busca-se observar o papel de cada ator historicamente e compreender a lógica que guia o contexto de reaproximação.

Palavras-chave: Santa Sé; República Popular da China; Papa Francisco; Vaticano; Relações bilaterais.

ABSTRACT

This research addresses how the bilateral relations between the Holy See and the People's Republic of China (PRC) from the role of Francis, historically analyzing their relations and the elements that indicated a rapprochement of both actors with the signing of an agreement Reimplementation of relations breached in 1951. To this end, the role of the international community and related entities will be analyzed. Some concepts such as interest of national interest and soft power were the main international forum of the Holy See. In relation to the PRC, it will be presented in the Organization of China, before and after the proclamation of the People's Republic of China, and an influence of communism in its relationship with the Holy See. The problem of a consultation with the interests that the pontificate of Francisco and China of Xi Jinping has an approximation and eventual reestablishment of relations between the Holy See and a PRC. The process of rapprochement between the Holy See and China is still under way, a hypothesis is that, in fact, the Vatican is interested in signing an agreement to facilitate the resumption of diplomatic relations with a PRC. Therefore, this work seeks the role of each actor historically and understands a logic that guides the context of rapprochement.

Keywords: Holy See; China Popular Republic; Pope Francisco; Vatican; Bilateral relations.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Desenvolvimento nas relações China-Vaticano a partir do Papado de Francisco	67
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ANÁLISE HISTÓRICO-POLÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.....	16
2.1 AS RELAÇÕES ENTRE A SANTA SÉ E A CHINA DAS GUERRAS DO ÓPIO ATÉ 1951	17
2.2 A SANTA SÉ E A “NOVA CHINA” DE MAO ZEDONG.....	25
2.2.1 PIO XII E O MOVIMENTO DAS TRÊS AUTONOMIAS.....	27
2.1.3 DIVISÃO DA IGREJA CATÓLICA CHINESA EM IGREJA OFICIAL E IGREJA CLANDESTINA.....	30
2.2 O DOCUMENTO N. 19 DE DENG XIAOPING	33
2.2.1 A RESPOSTA DE JOÃO PAULO II AO DOCUMENTO N.19	35
2.2.2 DIRETRIZES DA SANTA SÉ SOBRE ALGUNS PROBLEMAS DA IGREJA NA CHINA CONTINENTAL, JOSEPH CARDEAL TOMKO, 1988	37
3. AS RELAÇÕES CHINA-SANTA SÉ NO NOVO MILÊNIO	40
3.1 BENTO XVI E A RPC	46
3.1.1 A CARTA DE BENTO XVI AOS CATÓLICOS CHINESES.....	48
4. A VIRADA IDEOLÓGICA DE PAPA FRANCISCO E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES COM A RPC	53
4.1. A RETOMADA DO DIÁLOGO ENTRE PAPA FRANCISCO E XI JINPING	54
4.2. A QUESTÃO DA NOMEAÇÃO DOS BISPOS CHINESES.....	59
4.3. INTERESSES MÚTUOS PARA UMA POSSÍVEL RECONCILIAÇÃO.....	68
4.4 ASSINATURA DO ACORDO PROVISÓRIO PARA NOMEAÇÃO DOS BISPOS	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS.....	79

1. INTRODUÇÃO

O histórico das relações Sino-Vaticanas é pontuado por tentativas de aproximação e desencontros desde o século XIX, caracterizado pela chegada de missionários cristãos ao continente asiático juntamente com os colonizadores europeus.

Trata-se da história das relações entre dois atores importantes do cenário internacional. A China começou sua fase de reemergência em 1978, quando da sua abertura econômica sob a liderança de Deng Xiaoping, colocando-se hoje como a segunda economia mundial. O atual presidente da República Popular da China lançou no início de seu governo o lema do “Sonho Chinês” com o intuito de melhorar a situação econômica, política e social da China, tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo. No âmbito internacional, Xi Jinping observou que a China seria a única grande potência mundial a não ter relações diplomáticas com a Santa Sé, um Estado *sui generis*, mas que exerce forte poder moral sobre os demais Estados.

A Santa Sé mantém atualmente relações diplomáticas com cerca de 178 países, entre eles Taiwan. Ela é um dos 25 Estados que ainda não reconhece oficialmente a legitimidade do governo de Pequim sobre a China, demonstrado pelo fato de que possui ainda um representante diplomático na Ilha de Taiwan e não em Pequim.

Desde que ocorreu o rompimento das relações entre Santa Sé e a RPC em 1951, houveram várias tentativas fracassadas para retomar as relações diplomáticas. Os motivos são muito complexos e serão discutidos durante o trabalho.

A justificativa da execução deste trabalho tem como base a negligência com a qual foi tratada, em nível acadêmico, a influência da religião nas relações internacionais. Trata-se de uma área de estudo pouco explorada no Brasil. Esta pesquisa visa contribuir para o fomento de tais estudos. Também tem como pilar o estudo da Santa Sé como um ator de sujeito internacional relevante para o estudo das relações internacionais e suas relações bilaterais, principalmente

pela questão atual da reaproximação com a RPC, dois atores com número de seguidores e populacional equivalentes.

O estudo desse caso requer análise sobre os fatores que podem levar à assinatura de um acordo considerando sua aproximação. Portanto, a pesquisa terá embasamento na atuação interna e externa dos atores que possibilitará uma análise nas determinantes da relação entre ambos e nas variáveis que fazem parte das relações diplomáticas.

As fontes bibliográficas deste trabalho são documentos oficiais, encíclicas, mensagens, cartas e discursos dos papas que fizeram parte do período analisado. Outras fontes secundárias também foram utilizadas, como revistas, jornais e arquivos do acervo oficial do Vaticano. Além disso, foi muito útil a leitura de livros e periódicos de autores e estudiosos sobre o tema.

Partindo do pressuposto que a atuação do Papa Francisco está mudando a atuação da Santa Sé tanto no âmbito interno quanto no externo, dialogando sobre assuntos até então negligenciados. A problemática que guiará a pesquisa e será o foco do trabalho é: quais os interesses que o pontificado de Francisco e a China de Xi Jinping possuem na aproximação e eventual restabelecimento de relações entre a Santa Sé e a RPC?

A hipótese a ser trabalhada é a de que há interesse por parte da Santa Sé em assinar acordos que visem a normalização das relações bilaterais com a RPC.

Para a análise do estudo proposto, temos como objetivo geral analisar a mudança nas relações entre a Santa Sé e a RPC a partir da atuação do Papa Francisco, escolhendo como recorte temporal o período de 2013 - ano da eleição de Jorge Maria Bergoglio, até 2018. Contudo, não é possível compreender as mudanças aportadas pelo Papa Francisco sem ter conhecimento adequado da história destas relações. Por isso, os primeiros dois capítulos tratarão da história das relações entre Santa Sé e China, de relevância histórica, que permearam o caminho das relações.

O trabalho foi estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo será uma análise histórico-política das relações entre Santa Sé e RPC desde a atuação dos missionários católicos que chegaram na China no final do século XIX, até o

rompimento das relações em 1951. A projeção temporal compreende aproximadamente um pouco mais de um século e, apesar de ser considerado um longo tempo, as informações relevantes são bastante pontuais com relação ao envolvimento de ambos atores. Após analisar as consequências da proteção recebidas pelos missionários católicos em consequência dos Tratados desiguais assinados entre a China imperial e as potências europeias, o capítulo tratará das relações entre a Santa Sé, a Igreja Católica na China e o governo comunista liderado por Mao Zedong. É interessante evidenciar a relevância da contribuição de cada líder chinês e de cada papa para o sucesso ou insucesso do caminho de reaproximação entre os dois atores. Muitos fatores condicionaram tal relacionamento que foi analisado a partir de seu componente político (relações interestatais) e não em seu componente religioso. Ao lado do governo chinês, destaca-se a presença dos organismos governamentais instituídos pelo partido comunista para vigiar as atividades religiosas. É o caso da Associação Patriótica Católica Chinesa, que adquire ao longo dos anos vida própria e que, em vários casos, decide agir de forma autônoma do próprio governo comunista para não perder poder. A reaproximação entre Santa Sé e RPC é vista pela APCC como ameaça a sua existência.

O segundo capítulo trata das relações no contexto temporal da virada do milênio de XXI, evidenciando as mudanças de governo chinês e a mudança do papado após a morte de João Paulo II em 2005 e a chegada de Bento XVI. Trata-se de um momento importante em que a Santa Sé abandona seus “dogmas” ideológicos e passa a considerar a unidade da Igreja Católica na China mais importante que a luta anticomunista empreendida até então.

O terceiro capítulo traz a virada ideológica de Francisco e seus impactos nas relações com a RPC, partindo das iniciativas de ambos representantes para contribuir com a possível assinatura de um acordo. O Papa Francisco revoluciona o pensamento internacional da Igreja Católica e isto vai abrir as portas do diálogo com a República Popular da China que, por sua vez, encontra-se em momento particularmente importante no processo de reemergência no cenário internacional.

Nas conclusões, após ter destacado os principais pontos analisados ao longo do trabalho, buscaremos evidenciar se a hipótese proposta no início do trabalho foi confirmada.

2. ANÁLISE HISTÓRICO-POLÍTICA DAS RELAÇÕES ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A história das relações sino-vaticanas foi caracterizada por momentos de encontros, mas também por muitos impasses e divergências que poderiam ser analisados como uma possível explicação ao rompimento das relações diplomáticas ocorrido, por iniciativa do governo comunista, em 1951. Com efeito, a postura do Vaticano de seguir o grupo nacionalista em Taiwan e a escolha do governo comunista de romper com o Vaticano, só podem ser entendidas através da análise histórico-política de suas relações cujo início remonta à Idade Média e à análise do contexto internacional dos fatos ocorridos. De acordo com Carletti,

As escolhas políticas da China ou do Vaticano não podem ser vistas isoladamente, mas inseridas em uma herança cultural de valores e ideias que fazem parte do patrimônio histórico-cultural de seus integrantes. É por esta razão que a história do presente se constrói buscando as suas raízes no passado, naquela história que pode parecer distante demais dos nossos dias, mas que na realidade está mais que nunca presente, influenciando os fatos atuais (CARLETTI, 2008, p. 19).

A análise histórico-política se faz importante para elucidar a maneira como tais relações bilaterais foram traçadas, partindo do pressuposto estatal e institucional de ambas instituições políticas no sistema internacional. A influência doméstica e externa de ambos atores é o ponto chave para o reflexo da dubiedade de suas relações.

Por razões de espaço, escolhemos analisar as relações entre a Santa Sé e a China somente a partir da eclosão das Guerras do Ópio, no final do século XIX até o rompimento das relações diplomáticas que foram estreitadas em 1942 com a então República da China, governada pelo Partido Nacionalista e rompidas em 1951 pelo governo comunista.

Antes das Guerras do Ópio, a atuação da Igreja Católica na China foi caracterizada por ondas de evangelização, primeiramente, pela Ordem Franciscana, durante a Idade Média, seguidos pelos Jesuítas que chegaram na China durante a época da Contrarreforma, com o intuito de catolizar regiões distantes e outras ordens religiosas que se aventuraram na China sozinhos sem

o apoio das potências europeias. Vale lembrar que os Jesuítas foram os que mais tiveram sucesso na evangelização do país, graças principalmente aos conhecimentos científicos com os quais conseguiram conquistar o interesse dos imperadores chineses e graças, também, à pioneira tentativa de enculturação empreendida pelo jesuíta italiano, Matteo Ricci, na metade do século XVI.

2.1 AS RELAÇÕES ENTRE A SANTA SÉ E A CHINA DAS GUERRAS DO ÓPIO ATÉ 1951

A abertura forçada da China ao comércio internacional por obra da Grã-Bretanha no final do século XIX através da eclosão das Guerras do Ópio (1839-1860) inaugurou uma nova fase nas relações entre a Santa Sé e a China. Até então os missionários católicos que chegavam a China, trabalhavam junto à população chinesa sozinhos sem o apoio de nenhuma potência europeia. Com a entrada na China das potências imperialistas de Grã-Bretanha, França, Itália, Alemanha, Rússia e Estados Unidos, esta situação muda. Os assim chamados Tratados Desiguais, através dos quais as potências ocidentais conseguiram obter vantagens comerciais e territoriais sobre a China, ofereceram aos missionários estrangeiros proteção das nações de proveniência facilitando tanto sua entrada no território chinês quanto sua permanência.

Entre as cláusulas dos Tratados Desiguais, estava a cláusula de extraterritorialidade, através da qual os estrangeiros não poderiam ser condenados pelo governo chinês, devido ao protetorado das potências ocidentais na época. Se de um lado isso facilitou a vida dos missionários, de outro os chineses passaram a associar os missionários da Igreja Católica aos colonialistas ocidentais que submeteram à China a um regime de exploração semicolonial que durou até 1949.

Após a morte de um missionário francês pelas autoridades chinesas e a prisão de um barco inglês acusado de pirataria, França e Inglaterra declaram guerra a China que, após ser derrotada acabou assinando o *Tratado de Nanjing* em 1840, que assegurava liberdade religiosa e consolidava o protetorado

francês das missões católicas (CARLETTI, 2008). Com isso, os missionários obtiveram garantia do governo francês para se estabelecer em todo o território chinês.

O Tratado de Nanjing foi um tratado desigual imposto pelos poderes coloniais. Não tinha relação com a igreja. No entanto, o tratado estipulava que os súditos britânicos estavam sob a proteção da lei estrangeira nesses portos. Os estrangeiros na China, portanto, não estavam sujeitos à lei chinesa. Os missionários estrangeiros dentro dessas áreas portuárias do tratado puderam operar livremente. Esta situação inflamou o ódio contra a igreja (LAM, 1997, p.8) (tradução nossa).

Em seguida, em 1844 foi assinado outro acordo destinado a oferecer proteção para os missionários na China, chamado de Tratado de Huangpu assinado pela França e pela China.

Em 1846, o imperador Qing, Dao Guang, emitiu um decreto anulando a proibição da atividade missionária. Este decreto pode ser considerado o fim da existência ilegal da igreja na China. No entanto, após a assinatura desses tratados desiguais, o clero chinês achou mais difícil assumir posições de liderança na igreja. Em 17 de novembro de 1851, seis bispos estrangeiros realizaram uma reunião em Dongjiadu em Shangai para discutir a questão de estabelecer a hierarquia chinesa proposta pela Congregação para a Propagação da Fé, como era então chamada. A conclusão elaborada nesta reunião revela claramente a mentalidade colonial dos participantes (LAM, 1997, p.8) (tradução nossa).

Em 1860, a China derrotada pelas potências europeias, foi obrigada a assinar a Convenção de Pequim. Essa convenção além de permitir a abertura de portos, permitia também a presença dos missionários religiosos, assim como seu trabalho de evangelização.

Pelos tratados de 1858 e 1860, a China foi obrigada, entre outras coisas, a abrir 10 novos portos e todo o rio Yangzi ao comércio estrangeiro, a conceder aos ingleses a península de Kowloon (fronteira à ilha de Hongkong), bem como imunidade judicial e direito à aquisição de terras em solo chinês, a permitir a livre ação de missionários cristãos em todo o Império, e ainda a autorizar o estabelecimento de embaixadas estrangeiras em Pequim (SERRÃO, 1998, p.10).

Logo após, houve a tentativa por parte da dinastia Qing de estabelecer relações diplomáticas com a Santa Sé, porém pela interferência francesa nos assuntos da Igreja Católica, não foi possível estabelecer tais relações.

A Conferência de Berlim em 1885, conferência que tratou da partilha da África por parte de potências europeias, também deliberou sobre a atuação dos missionários nos continentes africano e asiático. De acordo com as decisões tomadas durante a Conferência, era assegurado o direito de liberdade religiosa para que os missionários professarem sua fé como contribuição pelo seu trabalho de abertura do continente.

De acordo com Anna Carletti (2008), houve uma tentativa por parte do Papa Leão XIII de estabelecer relações diretas com a China para desvincular-se do protetorado francês. Contudo, essa tentativa foi negada pelos franceses temendo perder poder no território.

O período que seguiu a estes acontecimentos, agravou a situação interna da China que não só sofreu a invasão das potências ocidentais, mas foi submetida à humilhação de ser derrotada por um vizinho oriental, a saber, a nova potência imperialista japonesa. Revoltas internas assolaram o país. Após a derrota da China na Guerra sino-japonesa em 1895, ascendeu um movimento conhecido como a revolta dos Boxers. Os *Boxers* era um movimento anticidental e anticristão e uma das grandes reivindicações de seus líderes era pôr fim aos abusos perpetuados pelos missionários estrangeiros.

Grande atividade de missionários cristãos gerava insatisfação nos nativos tradicionalistas. Insatisfação esta que era também agravada devido aos “Tratados Desiguais” que eram assinados com as potências ocidentais e a não obediência das leis chinesas por parte dos missionários, gerando assim toda sorte de abusos por parte dos mesmos e de seus protegidos (GODIVA; FALCI, 1995, p.2).

Os atos de violência contra estrangeiros e cristãos começaram em 1899 e estenderam-se até as potências se aliarem contra essa Revolta. O governo chinês apoiou os *boxers* esperando que eles pudessem expulsar as potências estrangeiras. Com esse apoio, os *boxers* chegaram até Pequim. Contudo, em

1901, devido à pressão dos aliados contra a China a Corte de Pequim acabou assinando um Tratado de Paz (GODIVA; FALCI, 1995).

Com o começo do século XX, também começaram movimentos chineses em prol da modernização do país que buscava um novo modelo político que pudesse libertar a China da presença estrangeira.

Entre os jovens intelectuais da época, o discurso nacionalista passou a predominar promovendo a luta para defender a pátria. Sun Yat-sen, considerado o pai da República chinesa, liderou um grupo de jovens e abriu o conselho para a construção de uma China Republicana (HOBSBAWM, 1995).

Em 1911, ocorreu uma rebelião em Wuchang que resultou na independência de algumas províncias do regime imperial Qing. E, em 1912, foi proclamada a República Chinesa. Sun Yat-sen foi eleito presidente por indicação de participantes da Liga Revolucionária (FAIRBANK, 2008)

Nos primeiros anos de República, a China teve muitos problemas políticos, pelas divisões políticas internas e pelas questões econômicas, tendo a China ainda que pagar indenizações as potências pelo acordo de paz em 1901. De acordo com Fairbank, a China atravessava um período de profunda mudança influenciada pelas diferentes ideias de modernidades vindas do Japão, da Rússia, da França. O movimento nacionalista liderado pelo Sun Yat-Sen era ainda um movimento de elite intelectual enquanto a grande massa de camponeses ainda ignorava as mudanças que estavam acontecendo na China,

As influências da modernidade juntavam-se às influências de diversas nações específicas. Tudo estava mudando. No entanto, sob um foco político-social, permaneciam vários traços característicos de vacância do trono entre as dinastias... Isso serviu de inspiração para a revolução nacionalista contra o imperialismo estrangeiro, que foi acompanhada, em um início bastante agressivo, de uma revolução social que visava mobilizar as massas agrícolas em defesa da terra (FAIRBANK, 2008, p. 239).

Naquele momento, os chineses precisavam de um Estado Moderno. Foi então que intelectuais começaram um movimento revolucionário junto aos

jovens para acabar com uma China antiga e criar uma consciência de classe. Em 1921, foi fundado na China o Partido Comunista com a intenção de unir o proletariado operário para mudar a situação política da China.

Por meio de propaganda e revistas, livrarias, traduções, grupos de estudos e organização de trabalho, o comunismo chinês firmou com rapidez sua identidade como "uma ideologia de ação". Rompeu com os anarquistas chineses e com os socialistas corporativos, defendeu a primazia de luta de classe e tornou-se um partido bolchevique (isto é, leninista) secreto, exclusivo e centralizado buscando poder (FAIRBANK, 2008, p. 257).

A Santa Sé acompanhava todas as mudanças políticas que ocorriam na China, e quando Bento XV assumiu o papado, em 1914, sua prioridade foi tentar estreitar relações diretas com a China. Contudo, como a França ainda exercia forte influência sobre os cristãos na China, as tentativas de reaproximação foram afetadas pela interferência francesa, até mesmo depois do rompimento nas relações diplomáticas entre França e Vaticano ocorrido em 1905.

Bento XV decidiu então enviar Mons. De Guébriant¹, como visitante católico nas províncias chinesas. O papa propôs questionários dirigidos aos católicos chineses para melhor compreender a situação da Igreja Católica no país (CARLETTI, 2008). A segunda ação de Bento XV foi a publicação da carta apostólica *Maximum illud* em 1919, através da qual foram transmitidas novas diretrizes da Santa Sé acerca da Igreja Católica na China. A importância desta carta reside no fato de que, pela primeira vez, o Papa chama atenção à discriminação racial operada pelos missionários estrangeiros em relação aos católicos chineses.

Bento XV ainda criticou os missionários que, valendo-se da proteção das nações de proveniência, tratavam os missionários e católicos chineses como seus subalternos e, por consequência direta, desacreditando a mensagem de igualdade trazido pelo cristianismo.

A partir daqui podemos entender como seria deplorável se houvesse

¹ Missionário francês, começou sua missão na China em 1886.

missionários que, esquecendo sua dignidade, pensassem mais em sua pátria terrestre do que na celestial; [...] Suponhamos que ele não depôs completamente essas intenções humanas e não se comporta plenamente como um verdadeiro apóstolo, mas dá razão para supor que ele faz os interesses de seu país; certamente todo o seu trabalho será suspeito para a população; o que será facilmente levado a acreditar que a religião cristã nada mais é do que a religião de uma determinada nação, abrangendo a qual se chega a depender de um Estado estrangeiro, renunciando assim à sua própria nacionalidade (BENTO XV, 1919) (tradução nossa).

Certamente, Bento XV entendera que tal comportamento teria gerado sempre mais desconfiança por parte da população e do governo da China. Após a morte de Bento XV, Papa Pio XI foi seu sucessor, de 1921 a 1939. Ele estabeleceu um novo delegado apostólico na China, Mons. Costantini², cuja atuação político-religiosa foi e é ainda reconhecida como importante e positiva pelo desenvolvimento da Igreja Católica na China. Ao perceber que o trabalho missionário não estava tendo sucesso, o novo Papa propôs a utilização da língua chinesa nos livros e orações possibilitando um entendimento melhor aos católicos chineses da fé cristã.

Pio XI era conhecido pela sua posição fortemente anticomunista. Essa posição anticomunista que passou a ser refletida pelos papas, surgiu do caráter ateu do comunismo soviético que foi afirmado pós Revolução Russa em 1917 e foi herdada pela China de Mao Zedong (BENTO, 2018)

Em 1926, o Papa Pio XI consagrou os primeiros bispos chineses para promover a inserção da Igreja Católica na China, e também se posicionou contra a exploração perpetuada na China pelo Ocidente. Mons. Costantini incentivou a atuação das ordens missionárias na China, procurando aumentar a influência católica. Acompanhou de perto a situação política na qual a China se encontrava, declarando sua simpatia pela luta nacionalista de Sun Yat-sen. Além disso, conseguiu implantar o ensino da religião cristã nas escolas chinesas (CARLETTI, 2008).

Enquanto isso, o Partido Comunista e o Partido Nacionalista, após um período de cooperação em prol da luta anti-imperialista, começaram a lutar entre

² Cardeal católico italiano, reconhecido pelo seu trabalho missionário na China.

si. A guerra civil eclodiu em 1927. Durante o embate político interno chinês, a Igreja Católica não tomou lado expressamente. No entanto, a participação do Pe. Lebbe³ e outros missionários foi bem significativa em relação ao apoio aos comunistas, levando até mesmo a ser criticado por missionários estrangeiros por esse envolvimento político.

Em 1939, o Papa Pio XII escolheu pela primeira vez um vigário apostólico de nacionalidade chinesa, Tian Gengxin. Em 1942, Santa Sé e República da China estreitaram relações diplomáticas. Xie Shoukang foi nomeado pelo governo chinês embaixador junto à Santa Sé. Em 1946, a Santa Sé nomeou Mons. Riberi, primeiro núncio apostólico na China. Contudo, a Santa Sé resistiu ao estabelecimento de uma hierarquia católica predominantemente chinesa, preferindo nomear no início de 1949, oito bispos chineses e oito bispos estrangeiros. De acordo com Carletti,

O atraso no estabelecimento de uma hierarquia eclesiástica que fosse maioritariamente de nacionalidade chinesa alimentou a desconfiança dos chineses em relação à Santa Sé, dificultando as relações como o novo governo comunista que tomou posse em 1 de outubro de 1949. (CARLETTI, 2008, p. 58).

Dentro do Partido Comunista Chinês, Mao Zedong conseguiu derrotar a ala do Partido mais próxima da União Soviética, enfatizando a necessidade de promover a organização de associações de camponeses, classe que constituía a maioria da população chinesa e que deveria ser considerada a base de poder do Partido Comunista na China.

Um dos grandes acontecimentos do Partido Comunista, na época, foi a Longa Marcha, ocorrida em 1934, de Kiangsi (sul da China) até Shaanxi (norte), fugindo dos nacionalistas, em busca de uma base político-militar a partir da qual o PCC pudesse organizar a guerrilha armada tanto contra o Partido Nacionalista quanto contra os japoneses (FAIRBANK, 2008).

³ Padre Vincent Lebbe foi um missionário na China, defensor da Igreja nativa e responsável pela consagração dos três bispos chineses. Ele escolheu adotar a nacionalidade chinesa e permaneceu até a morte na China.

Com efeito, os japoneses a partir da conquista da Coréia conseguiram alcançar a região da Manchúria, rica em ferro e minérios, ocupando-a militarmente. Em 1933, os japoneses proclamaram ali um novo estado chamado de Manchuguo. Poucos Estados reconheceram a legitimidade deste novo Estado. Entre eles se encontrava a Santa Sé do Papa Pio XI. Tal decisão por parte do Papa da época custou muitas críticas por parte dos chineses que viram nisso uma clara demonstração da deslealdade da Igreja Católica frente à China.

No contexto da guerra civil chinesa, os Estados Unidos passaram a apoiar o Partido Nacionalista em sua luta contra o Partido Comunista. Este, por sua vez, podia contar com a ajuda da União Soviética. O Partido Nacionalista passou a perder apoio popular e enquanto isso o Partido Comunista passou a conquistar território na população rural, realizando reformas. De acordo com Fairbank, o Partido Nacionalista não só não conseguia deter os comunistas, como também perdeu o controle da economia chinesa.

A incompetência dos nacionalistas no campo de batalha igualava-se a sua má administração por trás das frentes de combate. Começava com a economia. A inflação estava disparando a medida que a emissão de moeda continuava a aumentar. A retomada das cidades chinesas costeiras antes em poder dos japoneses foi caracterizada, sobretudo, por uma apreensão corrupta de bens sem muito empenho de destiná-los para uso industrial. Os bens de consumo permaneciam insuficientes. Além de gerenciar mal a economia, o governo nacionalista lidou de modo ineficaz com os cidadãos e alienou os mais importantes membros do povo chinês (FAIRBANK, 2008, p. 308).

Assim, o Partido Comunista começou a tomar territórios dos nacionalistas, até chegar às principais cidades onde estavam alocados os membros do partido nacionalista. A vitória comunista foi alcançada em 1949 quando foi proclamada a República Popular da China.

Após a proclamação da RPC, as tentativas de diálogo entre a Santa Sé e a nova China tornaram-se cada vez mais difíceis. O Papa Pio XII negava-se a trabalhar em conjunto com uma Nova China de Mao Zedong e isso resultou em represálias contra os católicos chineses.

A ligação da Igreja Católica com um líder em Roma era um problema para o governo comunista, pois o mesmo temia a ingerência de um ator externo nos seus assuntos domésticos, diferente das outras vertentes do cristianismo e outras religiões ocidentais que não possuíam um líder mundial. De acordo com Carletti, esta dificuldade se explica porque para a China

é impensável que alguém de fora interfira nos assuntos internos do país. Eles têm dificuldade em entender a autoridade espiritual do Papa, enquanto que outros países não consideram a relação dos seus católicos com o papa como ameaçadora. As autoridades chinesas enxergam o Papa como um líder político. Então, como poderia um líder político de outro país interferir na vida de seus cidadãos? (CARLETTI, 2012, p. 27-28).

Tal visão chinesa constituía um olhar muito cuidadoso para entender e evitar que a influência política do Papa de Roma tivesse alcance dentro do território chinês. Por isso, o temor pela ingerência interna dificultou ainda mais as relações.

2.2 A SANTA SÉ E A “NOVA CHINA” DE MAO ZEDONG

Como parte do seu plano político para a Nova China, Mao queria livrar-se dos seus inimigos, entre eles encontravam-se os imperialistas e os estrangeiros. Por isso, de acordo com a análise de Carletti (2008), os primeiros ataques aos missionários católicos ocorreram pelo fato de serem estrangeiros e não pela vontade de tornar o país ateu. O governo chinês tinha certeza que os estrangeiros mantinham ligação com as forças imperialistas ocidentais, e, portanto, constituiu um jogo pela segurança e estabilidade da Nova China.

Neste contexto, o clero católico chinês passou a ser alvo de perseguição e controle por parte do governo chinês. A atividade dos missionários católicos, na sua maioria anticomunista, passou a ser considerada uma atividade contrarrevolucionária. O fato de a maioria dos missionários ser estrangeira reforçava tal convicção.

Pela lei sobre atividades contrarrevolucionárias, publicada em fins de 1950, o governo teve armas "legais" para uma luta mais intensa contra a Igreja e os católicos. Em nome da defesa dos princípios e das instituições marxistas, o Clero foi isolado do povo e posto sob vigilância, sendo-lhe recusada a liberdade de locomoção pelo país.

Começou-se também, em alguns lugares, a proibir as cerimônias religiosas, como perda de tempo prejudicial à produção nacional. A lei sobre atividades contrarrevolucionárias serviu ainda de pretexto para o fechamento de todos os jornais e revistas católicos (LEFÉVRE, 1958 p. 35).

O governo comunista chinês buscava a todo custo expulsar a presença religiosa católica de seu país, além de prender os padres católicos e colocando-os em cadeias, fechou várias igrejas.

Após todos os missionários estrangeiros serem expulsos do território chinês, a maioria das embaixadas se mudaram para Taiwan pois o governo de Chiang Kai Shek⁴ se mudou para lá e proclamou ali o verdadeiro governo oficial. Frente a esta situação, a Santa Sé enviou algumas diretrizes para os missionários que haviam permanecidos na China, a fim de enfrentar as dificuldades no território.

O chefe da Propaganda Fide, Cardeal Biondi, o subsecretário arcebispo Costantini e Sua Santidade declaram que:

1. Os seminaristas maiores devem ser deslocados para áreas seguras e continuar seus estudos;
2. o Papa disse que transferir todos os seminaristas menores para áreas distantes onde eles possam continuar seus estudos lhe parece impossível;
3. Todos aqueles que são já ativos no ministério devem permanecer nos seus lugares com exceção daqueles poucos que enfrentam perigos particulares (CARLETTI, 2008, p. 76).

O núncio apostólico da Santa Sé, Mons. Riberi decidiu permanecer na China popular, mesmo que o governo comunista se negasse a reconhecê-lo o status de embaixador. Riberi permaneceu até 1952, quando foi expulso da China, acusado de representar os interesses das potências imperialistas (LAM, 1997).

⁴ Líder do Partido Conservador na China, presidente da República da China em Taiwan.

2.2.1 PIO XII E O MOVIMENTO DAS TRÊS AUTONOMIAS

Quando foi proclamada a RPC, o papado vigente era de Pio XII (1939-1958) que visivelmente mantinha um alinhamento com o bloco anticomunista após a II Guerra Mundial. A posição anticomunista do papa remontava à experiência vivida pela Igreja Católica na União Soviética. Segundo Carletti,

a falta de liberdade religiosa a qual estavam submetidos os sacerdotes e os católicos russos reforçou no futuro papa a convicção de que precisava lutar com todas as forças para combater a expansão do comunismo (CARLETTI, 2008, p. 74-75).

Apesar da posição fortemente anticomunista do outro Papa, o clero chinês que permaneceu na China Continental buscou dialogar com o governo chinês. Os primeiros a se manifestar junto ao governo chinês foram os representantes das Igrejas Protestantes através de uma declaração denominada Manifesto Cristão. Os representantes dos protestantes declararam que não tinham relação alguma com forças imperialistas estrangeiras. Em seguida, foi apresentada ao governo uma declaração chamada de Movimento das Três Autonomias, através da qual os representantes religiosos protestantes propunham uma reforma religiosa, voltada para a autonomia de governo, autonomia no sustento e autonomia na propaganda da sua religião. Desta forma, a Igreja Protestante declarou sua desvinculação da ajuda ocidental.

Por parte da Igreja Católica, houve também tentativas de diálogo ligadas ao Movimento das Três autonomias. Os bispos católicos buscaram adaptar a declaração dos pastores protestantes à situação da Igreja Católica que é por sua natureza uma Igreja Universal que responde a um líder mundial, o Papa de Roma. A ideia de Mao Zedong era permitir a existência de uma Igreja Chinesa desde que abandonasse qualquer vínculo com o exterior.

O Papa Pio XII não compreendeu as instâncias dos bispos católicos chineses em buscar um diálogo com o novo governo chinês e recusou qualquer tentativa de reaproximação. Mons. Riberi alinou-se com as posições rígidas da Santa Sé e por isso foi expulso da China. Após esse acontecimento, Riberi passou um tempo em Hong Kong até sua viagem para Taiwan, onde foi nomeado

Núncio de Taiwan e a Santa Sé reconheceu a República da China como governo legítimo da China.

O Papa Pio XII dedicou algumas encíclicas à situação chinesa. Na carta apostólica *Cupimis imprimis*, ficou expressamente assegurado que a Santa Sé tinha ciência da situação na China, reiterando, porém, que uma Igreja que não se mantivesse em unidade com a verdadeira Igreja de Pedro, não iria produzir frutos saudáveis.

Portanto, ninguém pode afirmar que está a serviço de um poder particular. Se alguma comunidade cristã quisesse fazer isso, perderia sua vitalidade como um ramo destacado da videira (cf. Jo 15, 6), nem poderia produzir frutos saudáveis (PIO XII, 1952).

Com relação ao Movimento das Três Autonomias, o Papa Pio XII reafirmou, em outubro de 1954, a condenação dessa "reforma", na sua Encíclica *Ad Sinarum Gentem*, direcionada ao clero na China.

Vocês podem facilmente ver, Veneráveis Irmãos e amados filhos, por que vocês não podem considerar um católico ou ter o nome de católico quem professa ou ensina de maneira diferente do que temos até agora explicado brevemente. Isso inclui aquelas pessoas que aderiram aos princípios perigosos subjacentes ao movimento das "Três Autonomias" ou a outros princípios similares (PIO XII, 1954) (tradução nossa).

Se dirigindo ao clero e aos católicos chineses que haviam se recusado a aceitar o governo do Partido Comunista, o Papa incentivou tal grupo a permanecer fiel à verdadeira Igreja.

Certamente, Ó Veneráveis Irmãos e amados filhos, a luta imposta a vocês pela lei divina não é leve. Mas Cristo, o Senhor, que declarou abençoado aqueles que sofrem perseguição por causa da justiça, ordenou-lhes que se alegrem e se regozijem, pois, sua recompensa no céu será muito grande (cf. Mt 5.10-12) (PIO XII, 1954) (tradução nossa).

Como resposta do governo comunista a esta encíclica, ocorreram várias prisões de bispos, padres e religiosos contrários ao Movimento das Três Autonomias, pessoas consideradas pelo governo chinês como inimigos da pátria.

O governo comunista criou, então, um departamento de Assuntos Religiosos, para controlar todas as religiões. Além disso, cada religião seria de agora em diante organizada por uma Associação Patriótica nacional. No que diz respeito a religião católica, em 1957, foi criada a Associação Patriótica Católica Chinesa (APCC), órgão do governo que recebeu a tarefa de controlar todos os católicos.

Havia poucos católicos na China, mas havia o temor por parte do governo comunista que eles constituíssem uma ameaça pela sua união com o papa de Roma. Desta forma, o governo decidiu submeter a Igreja Católica ao controle do governo e ordeno o registro de todos os católicos, bispos e padres junto a essa organização (CARLETTI, 2012, p.27).

Os representantes da APCC não poderiam receber influência de Roma nas questões que envolvessem sua atuação no território chinês. A Santa Sé, mostrando-se inflexível e sem conseguir manter um diálogo de resolução do problema com os comunistas, ameaçou excomungar os bispos que ordenassem outros bispos sem o consentimento papal na China.

Neste cenário, os fiéis católicos foram pressionados pelos dois lados a escolher a quem se alinhar, já que a Igreja parecia estar dividida em vários grupos: os que queriam manter-se ligados a Roma, sem intervenção do Partido Comunista, aqueles que queriam romper com Roma e pertencer uma Igreja exclusivamente nacionalista e havia um terceiro grupo, o maior que mesmo registrando-se junto à APCC secretamente mantinha sua ligação com Roma.

Diante desta situação, uma cisma parecia evidente. O pedido para a nomeação dos bispos na Igreja na China foi rejeitado pelo papa, alegando que somente o próprio poderia fazê-lo. Apesar disso, a consagração dos bispos acabou acontecendo e mostrando como a influência comunista havia aumentado sobre a Igreja na China e sobretudo, cortou qualquer tentativa de manter contato com Roma.

Então, o Papa Pio XII escreveu uma nova encíclica chamada *Ad Apostolorum Principis* em 1958, contendo exortações e normas direcionadas para a Igreja Católica na China. O papa deixou claro na carta que havia conhecimento sobre a situação dos missionários expulsos, e o "cárcere ou

privações ou sofrimentos de todo tipo aos bispos, sacerdotes, religiosos, religiosas e a muitos fiéis" (PIO XII, 1958, p.1).

Continuando, o Papa afirmou novamente que a nomeação dos bispos somente pode ser feita pelo Papa e sobre os bispos consagrados "não são completamente independentes, pois estão submetidos à autoridade do romano pontífice" (PIO XII, 1943). Também escreveu sobre a excomunhão de quem não segue as diretrizes da Igreja, sendo este um gravíssimo atentado a Igreja:

Pelo exposto deriva que nenhuma outra autoridade, a não ser a do pastor supremo, pode revogar a instituição canônica atribuída a um bispo; nenhuma pessoa ou assembleia, quer de sacerdotes quer de leigos, pode-se arrojar o direito de nomear bispos; ninguém pode conferir legitimamente a consagração episcopal sem antes ter a certeza da existência do próprio mandato apostólico. De forma que, para essa consagração abusiva, que é um atentado gravíssimo à própria unidade da Igreja, é estabelecida a excomunhão reservada *de modo especialíssimo* à Sé Apostólica, em que incorre automaticamente (*ipso facto*) não somente quem recebe a consagração arbitrária, mas também quem a confere (PAPA PIO XII, 1958).

Essa declaração foi vista pelos católicos chineses como um abandono por parte da Santa Sé de uma tentativa de diálogo, e para o governo comunista foi visto como o esforço dos fiéis para manter sua religião e também seu patriotismo (CARLETTI, 2008).

Em julho do mesmo ano, o Papa Pio XII escreveu outra encíclica chamada de *Meminisse Iuvat*, na qual continuou o discurso sobre a nomeação dos bispos e também sobre os católicos perseguidos por toda parte do mundo. Papa Pio XII morreu nesse mesmo ano e foi sucedido por João XXIII, deixando irresoluta a situação da Igreja na China.

2.1.3 DIVISÃO DA IGREJA CATÓLICA CHINESA EM IGREJA OFICIAL E IGREJA CLANDESTINA

Após o rompimento das relações entre Santa Sé e RPC, e logo com a criação da APCC para manter o controle dos católicos chineses, a Igreja Católica na China passou por uma divisão interna. Os católicos patrióticos, grupo do clero

e católicos chineses que seguiam as diretrizes e submetiam-se ao controle da APCC, constituindo a Igreja Oficial na China. O segundo grupo era formado pelos católicos chineses que não queriam vincular-se a APCC, nem se reformar junto ao governo chinês e que foi denominado Igreja Clandestina.

Segundo Carletti (2010), desde que a APCC foi fundada em 1957 com a função de ligar o Partido Comunista a Igreja Católica na China, ela teve um papel negativo entre a Santa Sé e o governo chinês, causando mais divisão entre os católicos chineses.

Em 1958 foi eleito o novo Papa, João XXIII. João XXIII não mantinha o discurso anticomunista como seu antecessor.

No seu breve pontificado, ele elevou o diálogo a instrumento por excelência nas relações pessoais e internacionais, convidando a Igreja Católica a abrir-se a todas as realidades do mundo, empenhando-se a encontrar possíveis caminhos de diálogo com as diversas realidades políticas e sociais (CARLETTI, 2008, p. 96).

João XXIII foi responsável pela nova política do Vaticano mudando o foco das relações diplomáticas e abrindo o diálogo com os países socialistas do Leste Europeu (AZEVEDO, 2003). Contudo, em relação a China, o discurso não era o mesmo e logo em seus primeiros discursos afirmou que a nomeação de bispos ilegais indicava uma possível cisma. “Ele usou a palavra “cisma” referindo-se à situação da Igreja Católica na China também em outras ocasiões” (CARLETTI, 2008, p.97).

A partir de 1959 ele passou a mudar sua concepção sobre a China ao obter informações da real situação católica na China e passou então a mostrar-se mais aberto com relação ao diálogo.

Quando Paulo VI assumiu o papado em 1962, deu continuidade à política de seu antecessor em relação a abertura do diálogo. “João XXIII (1958-1963) e Paulo VI (1963-1978), baseados no diálogo tático e discreto com os Estados comunistas.” (AZEVEDO, 2003, p.72). Porém, ao mesmo tempo na China ocorreu a Revolução Cultural responsável por um momento de severa repressão pelo Partido Comunista.

Desde a fundação da República Popular da China, em 1949, o Partido cobrava de seus quadros a renúncia aos hábitos burgueses e a dedicação completa à revolução. A isto está diretamente ligado o combate ao individualismo através da renúncia, do igualitarismo, da honestidade e do fim da separação entre o trabalho manual e intelectual; sendo que esses aspectos faziam parte da diretiva da “reeducação ideológica” através do trabalho nas fábricas e no campo (SANTANA, 2009, p.127).

Quando ocorreu a Revolução Cultural de 1966 a 1976, a Igreja católica assim como todas as outras religiões sofreram ataques e tiveram muitos de seus templos e locais sagrados destruídos, até mesmo os católicos ligados a APCC. Toda e qualquer religião não era aceita, e somente a figura de Mao deveria ser central para os chineses. A religião pareceu sumir do cenário nacional.

Durante muito tempo, o ocidente não tinha noção de que a comunidade católica chinesa existia pelo fato de que muitos católicos chineses mantinham sua fé escondida ou clandestinamente.

No Ocidente por muito tempo se especulou se ainda havia cristãos na China, e quantos porventura seriam. Só restou aos cristãos, com riscos maiores ou menores, mas sempre consideráveis, a possibilidade das igrejas domésticas. Ao que tudo indica, os cristãos de ambas as proveniências, das igrejas nacionais desfeitas e das igrejas domésticas, se encontraram, em boa medida, na clandestinidade ou semiclandestinidade. Não é de se supor que todas as reservas mútuas tenham sido vencidas, mas a experiência comum proporcionou a queda de uma porção de barreiras, por esse encontro inusitado entre igreja nacional e o que poderíamos chamar de "comunidades eclesiais de base espontâneas" (ALTMANN, 1981, p.197).

Após a morte de Mao Zedong e com o fim da Revolução, Deng Xiaoping⁵ assumiu o poder no cenário político chinês. No mesmo período cultural João Paulo II foi eleito como Papa em 1978. João Paulo II também era um anticomunista e para atuar contra o governo comunista chinês se propôs a estreitar relações com a Igreja Clandestina, autorizando a consagração de bispos chineses clandestinos. De fato, o Papa buscava ajudar essa parte da Igreja Católica na China a não se submeter ao governo comunista, porém queria

⁵ Presidente da RPC durante o período de 1976 a 1997.

se reaproximar da comunidade católica chinesa em geral, o que gerou muitas dúvidas sobre tal atuação.

Na China liderada por Deng Xiaoping, as religiões ganharam mais espaço pelas autoridades chinesas “Perceberam que a religião estava ainda enraizada no povo e que seria contraproducente tentar extirpar a fé com força” (CARLETTI, 2008, p.128).

Por isso, Deng Xiaoping solicitou a criação de novos órgãos oficiais para estudo e compreensão da religião dentro da corrente marxista, como uma maneira de unir os católicos chineses e de manter o cenário estável. Já na década de 1980 a APCC, depois de um período mais calmo pós Revolução Cultural, voltou as atividades. Assim como também as atividades da Igreja Clandestina foram incentivadas pelo próprio Papa João Paulo II.

O governo chinês considerava a Igreja Clandestina como perigosa para a estabilidade da China que ainda estava em pleno processo de desenvolvimento. O governo de Pequim precisava garantir pleno controle de todas as atividades no seu território. No que diz respeito à religião, Deng Xiaoping emitiu naquele ano um documento para estabelecer alguns pontos no território chinês.

2.2 O DOCUMENTO N. 19 DE DENG XIAOPING

O Documento n. 19 foi a maneira que o governo chinês utilizou para controlar a situação interna chinesa no que se refere a religião. O documento esclareceu sobre como a questão religiosa iria ser tratada a partir daquele momento na China.

O ponto de vista básico sobre a Política sobre a Questão Religiosa na China durante este período do socialismo, conhecido popularmente como Documento 19 (março de 1982), é uma declaração política do Comitê Central do Partido Comunista Chinês. Esse status está relacionado a relações com igrejas estrangeiras e a aceitação de fontes estrangeiras à medida que os contatos aumentam gradualmente durante a abertura política da China na década de 1980 (TANG, 2013, p. 19) (tradução nossa).

Reconhecendo a relevância da questão religiosa na vida dos chineses, o documento descreveu a experiência chinesa com a religião desde a fundação da RPC, enfatizando o esforço do Partido Comunista para que as religiões e seus fiéis abandonassem suas ligações com potências imperialistas e que fortalecessem sua lealdade para com a pátria chinesa.

Fizemos com que as Igrejas Católicas e protestantes cessassem de serem instrumentos dos agressores imperialistas e se tornassem empresas religiosas autônomas e independentes para crentes chineses. Nós abolimos os privilégios especiais do sistema religioso feudal e explorador. Nós expomos e atacamos aqueles elementos maus e reacionários que se escondiam sob a cobertura da religião. [...] Nós implementamos a política de convencer, unir e educar os líderes religiosos e todos os fiéis patrióticos. Nós também assistimos e apoiamos as pessoas religiosas a procurar amizades internacionais, todas estas atividades são bem conhecidas e obtiveram bons resultados (Documento n. 19, 1982).

O documento parte do pressuposto de que um dia a religião vai desaparecer, mas enquanto isto não acontece, é tarefa do governo proteger e manter sob controle os que possuem algum tipo de crença religiosa.

A política de base do partido em relação à religião é ter respeito e proteger a liberdade religiosa. Este é uma tentativa em longo prazo, até o momento em que a religião desaparecerá sozinha. Esta política significa que todos os cidadãos possuem liberdade de acreditar na religião assim como não acreditar nela; a liberdade de acreditar nesta ou naquela determinada religião ou nesta ou naquela determinada seita religiosa. Significa liberdade para aqueles que no passado não acreditavam e agora acreditam e para os atuais fiéis de rejeitar a sua crença (Documento n. 19, 1982).

O partido acreditava que a partir da união entre ateus e fiéis poderia ser criado um Estado socialista forte, e por isso, estabeleceu diretrizes no documento n. 19 para regulamentar a participação religiosa na China principalmente no que dizia respeito a uma possível interferência religiosa nos aspectos políticos da sociedade.

O poder político em um estado socialista não pode em nenhum caso ser usado para promover uma religião, nem proibir uma religião, sempre que se trate de uma questão de crenças e práticas religiosas normais. Ao mesmo tempo, não será permitido que a religião se envolva nas questões políticas, de administração e de justiça do estado, nem intervir nas escolas ou na educação pública (Documento n. 19, 1982).

A respeito das Igrejas clandestinas, indiretamente no documento se encontram passagens sobre o assunto, como por exemplo o cuidado em não criar igrejas em excesso e também sobre o cuidado para não permitir a multiplicação de igrejas rurais, geralmente onde os católicos subterrâneos se encontravam.

De igual forma, nenhuma organização ou indivíduo religioso deve pregar a religião fora dos locais designados para os serviços religiosos, fazer propaganda religiosa e distribuir opúsculos religiosos ou outra leitura religiosa, cuja publicação não fora aprovada pelos departamentos governamentais autorizados (Documento n. 19, 1982).

E direcionando-se à ação do Vaticano, o governo chinês alega que vem aumentando seus contatos externos também com forças religiosas internacionais, porém acusa a ingerência do Vaticano em assuntos internos da RPC reiterando seus esforços para evitar que isso continue acontecendo.

Atualmente, estão aumentando os contatos com grupos religiosos internacionais de acordo com os contatos que o nosso país está fazendo em outras áreas. Estes contatos possuem um significado importante, a fim de estender a influência política do nosso país. Ao mesmo tempo, contudo, grupos religiosos reacionários no exterior, especialmente os grupos imperialistas, como o Vaticano e as sociedades de missões estrangeiras protestantes, esforçam-se para se infiltrar no nosso país ou como eles dizem “retornar à China continental”. A nossa política é de desenvolver contatos internacionais fraternos com as religiões mundiais, mas, ao mesmo tempo, resistir firmemente a todas as forças religiosas hostis que provêm do exterior (Documento n. 19, 1982).

No decorrer do documento ficou claro a posição da RPC em como a religião deveria ser tratada no seu território e mostrando-se ainda mais resistente as religiões vindas do exterior.

2.2.1 A RESPOSTA DE JOÃO PAULO II AO DOCUMENTO N.19

Em 1982, o Papa João Paulo II mostrou preocupação diante da situação da Igreja Católica na China em uma Carta chamada *Caritas Christi* dirigida aos bispos do mundo inteiro em ocasião do início do Ano Novo Chinês. Nesta carta, lembrando da situação dos católicos chineses, ele expressou sua admiração

com a fé dos fieis chineses e seu esforço em manter sua comunhão com o Vaticano.

Sabemos bem que os nossos irmãos e irmãs na China tiveram de enfrentar, durante estes 30 anos, provas difíceis e prolongadas. Naqueles duros sofrimentos deram prova da fidelidade a Cristo e à Sua Igreja; esses corajosos testemunhos bem se podem comparar aos dos cristãos dos primeiros séculos da Igreja. Quanto é consolador receber notícias da constante e intrépida lealdade, dos católicos na China, à fé dos seus pais e notícias do seu filial apego à Sé de Pedro. Tudo isto, ao mesmo tempo que suscita a nossa profunda admiração, deve incitar-nos ainda mais a oferecer-lhes o nosso afetuoso apoio e sustentáculo, de fervorosas orações (JOÃO PAULO II, 1982).

A carta foi recebida pelo governo chinês nos mesmos dias em que estava sendo emitido o documento n.19. Pouco tempo depois, o Papa João Paulo II, novamente se pronunciou sobre a difícil situação dos católicos chineses durante uma missa celebrada para as comunidades cristãs na China.

Reconhecendo os esforços dos católicos chineses, o Papa falou sobre o sofrimento que passavam para manterem-se ligados a Roma e também para cumprir com seus papéis de patriotas para tornar a sociedade mais justa.

Eles, neste Sacrifício, exprimem — juntamente conosco — a sua fé, herdada já de numerosas gerações de confessores de Cristo na sua mãe pátria: uma fé, que foi provada, entre experiências e sofrimentos diversos. Eles exprimem, além disso, as tradições da sua grande nação, a sua cultura, o seu trabalho quotidiano, os seus esforços, que têm como objetivo uma vida sempre melhor e mais justa na sua sociedade. (JOÃO PAULO II, 1982).

O ano de 1982 ainda foi marcado por mais um pronunciamento de João Paulo II sobre a situação chinesa, em busca de uma tentativa de diálogo para acabar com os impasses. Em seu discurso, na reunião internacional de estudos por ocasião do IV Centenário do início da missão de Padre Matteo Ricci⁶ na China, além de falar sobre o trabalho do Padre em território chinês, João Paulo II evidenciou que sua atuação missionária não estava sustentada por nenhuma potência estrangeira.

⁶ Padre Matteo Ricci foi um missionário na China na dinastia Ming (1588-1610) e sacerdote jesuíta, responsável pela introdução da Igreja Católica na China.

O que o povo chinês admira de modo particular na obra científica de Matteo Ricci na China é a sua atitude humilde, honesta e desinteressada, não inspirada por segundos fins e livre de vínculos com qualquer potência estrangeira econômica ou militar (JOÃO PAULO II, 1982)

Apresentando como exemplo, o caminho escolhido por Matteo Ricci, o papa João Paulo II mostrou que a Igreja poderia seguir este mesmo caminho em seu relacionamento com a China.

Ele conseguiu estabelecer entre a Igreja e a cultura chinesa uma ponte que se mostra ainda sólida e segura, apesar da incompreensão e das dificuldades verificadas no passado e ainda hoje renovadas. Estou convicto de que a Igreja pode orientar-se sem temor por esta via, com o olhar voltado para o futuro. Podemos ter confiança de que os obstáculos poderão aplainar-se e de que se encontrará uma maneira apropriada e as estruturas adequadas para reencontrar o diálogo e mantê-lo aberto. Deste modo todos os crentes chineses poderão sentir-se à vontade tanto na comunidade nacional como na Igreja. Estamos certos de que isto servirá de benefício também a toda a nação chinesa, que a Igreja profundamente estima e ama (JOÃO PAULO II, 1982).

Ao mesmo tempo que João Paulo II se mostrava aberto ao diálogo com as autoridades chinesas, preparava junto com seus colaboradores um documento oficial de resposta ao Documento n. 19 emitido por Deng Xiaoping, documento este que, aos olhos chineses, ressoou como contrário as palavras conciliatórias pronunciadas pelo pontífice polonês em 1982.

2.2.2 DIRETRIZES DA SANTA SÉ SOBRE ALGUNS PROBLEMAS DA IGREJA NA CHINA CONTINENTAL, JOSEPH CARDEAL TOMKO, 1988

No ano de 1988, foi emitido um documento pela Santa Sé sobre a situação católica na China desde a proclamação da RPC. Nesse documento, o cardeal Tomko⁷ apresentou a visão da Igreja Católica sobre o tratamento dos bispos e missionários chineses por parte do governo comunista. Além disso, ele buscou evidenciar as dificuldades vividas pelos católicos chineses devido ao controle por

⁷ Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos.

parte da APCC. Por fim, ele apresenta algumas diretrizes da Santa Sé em relação a como deveria ser organizada a Igreja Católica na China.

O documento parte do pressuposto da inevitabilidade da divisão da Igreja Católica na China, assim descrita

De um lado, existe a Igreja Oficial, reconhecida pelo governo que, sendo fundada no autônomo processo promovido pelas autoridades governamentais, possui cerca de 50 bispos, numerosas igrejas abertas ao culto e vários seminários diocesanos e regionais inaugurados durante os últimos anos. De outro lado, existe e é ativamente operante um Igreja fiel, que alguns chamam de Igreja Subterrânea, e que permanece fiel aos seus vínculos de plena comunhão e pertence hierarquicamente ao Pontífice Romano: um vínculo religioso que é uma parte essencial da fé católica. A maioria dos católicos chineses pertencem a este segundo grupo (DIRETRIZES DA SANTA SÉ SOBRE ALGUNS PROBLEMAS DA IGREJA NA CHINA CONTINENTAL, JOSEPH CARDEAL TOMKO, 1988)

Na continuação, o cardeal apontou que as autoridades de Pequim não autorizavam a Santa Sé a manter algum tipo de contato com nenhuma das duas Igrejas na China. A Santa Sé decidiu então se alinhar exclusivamente A Igreja Clandestina, considerando a Igreja patriótica como ilegítima. Desta forma, ela aconselha os cristãos chineses a não participar de celebrações das Igrejas Patrióticas.

De fato, toda *communicatio in sacris* deve ser evitada. Os bispos e padres patrióticos não devem ser convidados ou mesmo permitidos a celebrar funções religiosas em público, em igrejas ou oratórios de várias instituições religiosas (DIRETRIZES DA SANTA SÉ SOBRE ALGUNS PROBLEMAS DA IGREJA NA CHINA CONTINENTAL, JOSEPH CARDEAL TOMKO, 1988).

O cardeal deixou claro que o documento visava responder a uma demanda de bispos chineses que foram mantidos no anonimato.

As diretrizes da Santa Sé foram organizadas em oito pontos. Já o primeiro ponto expressava o teor do documento reiterando que todos aqueles que recusavam a comunhão com o Papa, não poderiam ser considerados católicos. Em consequência disso, apenas os padres da Igreja Clandestina estavam autorizados a administrar sacramentos.

O documento chegou até às autoridades chinesas que logo manifestaram seus descontentamentos em relação à atitude do Vaticano de clara interferência nos assuntos internos chineses. A situação de descontentamento de ambas as partes tomou uma proporção ainda mais grave quando outro documento, desta vez escrito por membros da Igreja Clandestina chinesa começou a circular na China. O documento, chamado dos Treze Pontos, foi atribuído ao bispo Fan Xueyan⁸ e logo desmentido pelo mesmo, e tratava da Igreja Patriótica (CARLETTI, 2008).

Este documento escrito em forma de entrevista reiterava a ilegitimidade dos sacramentos ordenados pelos padres ligados a APCC e declarava que as igrejas patrióticas não poderiam continuar a atuar separadas de Roma. Em várias respostas se proclamava a ilegitimidade da APCC, o que gerou mais confusão dentro da Igreja Católica na China.

Essa situação toda alimentou ainda mais a divisão, entre os que eram chamados pelos membros da Igreja Clandestina de traidores de Roma de um lado, e do outro, os que se diziam fiéis ao Papa e, por isso, não queriam vincular-se ao governo comunista e eram vistos como traidores da pátria. Tal divisão impediu que as tentativas de diálogo tivessem êxito.

⁸ Bispo católico chinês preso em 1958 por atividades religiosas ilegais.

3. AS RELAÇÕES CHINA-SANTA SÉ NO NOVO MILÊNIO

A partir do governo de Jiang Zemin (1996-2003), as religiões na China foram consideradas como fatores favoráveis para o desenvolvimento da nação desde que seus fiéis não tivessem ingerência nas questões de política do governo comunista.

Da mesma forma agiu seu sucessor Hu Jintao (2003-2012) que governou a China trabalhando para o desenvolvimento pacífico do país através da construção de uma sociedade harmoniosa e um mundo harmonioso (GONÇALVES; BRITO, 2010).

A ideia de Hu Jintao era basicamente alinhar o desenvolvimento interno ao desenvolvimento da população para que fosse garantida uma melhor qualidade de vida aos cidadãos chineses, além de trabalhar para um entorno regional e internacional pacífico. Mesmo que a China já estivesse em um cenário de desenvolvimento econômico no plano internacional, ainda havia uma grande desigualdade interna na questão econômica da população (CARLETTI, 2012).

De acordo com a estrutura oficial, os quatro pilares para o projeto mundo harmonioso eram: a democracia, a amizade, a justiça e a tolerância. (CARRIÇO, 2013). Portanto, a sociedade harmoniosa proposta por Hu Jintao estava voltada principalmente para reajustar os desequilíbrios econômicos internos, garantindo estabilidade social. Da mesma forma Hu Jintao queria promover a estabilidade em nível mundial e projetar a China como potência no cenário internacional.

A inserção do fator religioso como um assunto relevante para a nação chinesa começou a ser considerado um fator estratégico, tendo em vista a influência da força dos grupos religiosos sobre a população (CARLETTI, 2008).

Os primeiros anos do governo de Hu Jintao corresponderam aos últimos anos do papado de João Paulo II que, como vimos, mesmo procurando se aproximar da RPC não conseguiu encontrar meios adequados.

Já no fim do ano 1999, João Paulo II enviou uma mensagem aos católicos na China, evidenciando que não existia oposição entre ser cristão e ser patriota.

Entre os compromissos práticos, que tornarão evidente o vosso esforço de conversão e de renovação espiritual, deverá estar incluída a caridade para com os irmãos na forma tradicional da obra de misericórdia corporal e espiritual. Esta solidariedade concreta será a vossa contribuição discreta, mas eficaz, também para o bem do vosso Povo. Deste modo, dareis um testemunho eloquente do nome cristão, que tendes com coragem e orgulho: como bons chineses e cristãos autênticos, amai o vosso País e a Igreja local e universal (JOÃO PAULO II, 1999).

A partir desse discurso, começaram a se espalhar rumores de que as relações entre Vaticano e China estariam se normalizando. As duas partes logo esclareceram sua intenção de manter uma boa relação, porém por parte da China ainda era insistente a premissa de que era necessário que o Vaticano se desligasse de Taiwan, antes de poder retomar qualquer tipo de relação oficial.

No começo do novo milênio, cinco bispos foram consagrados em Pequim pela Igreja Oficial ligada a APCC sem consentimento do Vaticano. Esse acontecimento adiou o caminho da reaproximação (TOMÉ, 2013). Essa decisão por parte da APCC teria acontecido com o propósito de evidenciar que apesar de procurar aproximação, os assuntos que envolvessem a China ainda seriam responsabilidade das autoridades chinesas (CARLETTI, 2008).

O Vaticano estabeleceu então sanções para os bispos envolvidos apresentando-os como violadores da conduta canônica. Com isso, a China passou a atuar mais ofensivamente com relação a Santa Sé mesmo com a impressão pública de que as relações estariam se normalizando (TOMÉ, 2013).

Outro assunto que dificultou a tentativa de reestabelecer relações diplomáticas foi o anúncio por parte da Santa Sé da canonização dos 120 mártires. “A Santa Sé havia programado para o dia 1 de outubro de 2000 a canonização de 120 mártires chineses, cristãos e missionários mortos durante o período de 1648 a 1930” (CARLETTI, 2008).

Não só a data pareceu ser imprópria para a China, pois seria não apenas o aniversário da proclamação da RPC que havia libertado a China da ocupação estrangeira, mas também a escolha da canonização de pessoas que a China considerava como expoentes da ocupação estrangeira da China e, portanto, inimigos.

O Papa João Paulo II, em ocasião da canonização, buscou desviar a atenção das circunstâncias políticas em que ocorreu a morte dos 120 chineses apontados, evidenciando mais o caráter religioso de festividade.

Igual convicção e alegria testemunharam os outros 85 chineses, homens e mulheres de todas as idades e condições, sacerdotes, religiosos e leigos, que selaram a própria indefectível fidelidade a Cristo e à Igreja com o dom da vida. Isto aconteceu ao longo de vários séculos e em complexas e difíceis épocas da história da China. Esta celebração não é a ocasião oportuna para formular juízos sobre aqueles períodos históricos: poder-se-á e dever-se-á fazê-lo noutra circunstância. Com esta solene proclamação de santidade, a Igreja só deseja reconhecer que aqueles Mártires constituem um exemplo de coragem e de coerência para todos nós e honram o nobre povo chinês (JOÃO PAULO II, 2000).

Contudo, o governo chinês considerava a decisão da Santa Sé como uma tentativa de incentivar a Igreja Clandestina chinesa a se rebelar contra o governo. O povo chinês foi vigiado no dia pelas autoridades do governo que procuravam reprimir qualquer manifestação relacionada a celebração que ocorria em Roma. E já no dia seguinte a canonização, houveram declarações do Ministro Exterior chinês de que a China estaria organizando-se contra tal ato, acusando alguns missionários de compactuarem com a invasão imperialista no território.

O governo chinês em declaração oficial dirigida ao Vaticano, estabeleceu uma nova regulamentação para as atividades religiosas em seu território, dirigidas principalmente para as atividades da Igreja Católica. A finalidade dessa regulamentação seria de aumentar a vigilância nas ações religiosas, envolvendo ambas comunidades, Oficial e Clandestina (CARLETTI, 2008).

Em 2001, foi realizada a comemoração do 400º aniversário da chegada de Matteo Ricci em Pequim. João Paulo II apresentou, então, o pedido de desculpas à China, através de uma mensagem oficial.

Mas a história, infelizmente recorda-nos que a ação dos membros da Igreja na China nem sempre foi isenta de erros, fruto amargo dos limites próprios da alma e da ação humana, e foi também condicionada por situações difíceis, relacionadas com acontecimentos históricos complexos e por interesses políticos contrastantes. Não faltaram também controvérsias teológicas, que exacerbaram os ânimos e deram origem a graves inconvenientes no processo de evangelização. Nalguns períodos da história moderna, uma certa "proteção" por parte de potências políticas europeias revelou-se muitas vezes limitativa para a própria liberdade de ação da Igreja e teve repercussões negativas para a China: situações e acontecimentos, que

influenciaram o caminho da Igreja, impedindo-a de desempenhar plenamente a favor do Povo chinês a missão que lhe fora confiada pelo seu Fundador, Jesus Cristo. Sinto uma profunda tristeza por estes erros e limitações do passado, e lamento que eles tenham gerado em muitas pessoas a impressão de uma falta de respeito e de estima da Igreja católica pelo Povo chinês, levando-os a pensar que ela fosse levada por sentimentos de hostilidade em relação à China. Por tudo isto peço perdão e compreensão a todos os que se sentiram, de alguma maneira, feridos por estas formas de ação dos cristãos (JOÃO PAULO II, 2001).

Sobre a relação de amizade criada pelo Padre Ricci em território chinês, o Papa utilizou do simbolismo para mencionar os votos de reestabelecer as relações através do diálogo, demonstrando a intenção da Santa Sé em colaborar com todas as nações a nível mundial.

E é com este renovado e forte pensamento de amizade para com todo o Povo chinês que formulo os votos de ver depressa restabelecidos caminhos concretos de comunicação e de colaboração entre a Santa Sé e a República Popular da China. A amizade alimenta-se com contatos, partilha e sentimentos nas situações alegres e tristes, de solidariedade, de intercâmbio de ajuda. A Sé Apostólica procura com sinceridade ser amiga de todos os povos e colaborar com todas as pessoas de boa vontade a nível mundial (JOÃO PAULO II, 2001).

Na conclusão da mensagem, João Paulo II reiterou a necessidade de manter o diálogo com a China para que juntos pudessem contribuir para a paz mundial. E reiterou mais uma vez o desejo de normalizar as relações.

A China e a Igreja católica, sob aspectos sem dúvida diferentes, mas de modo algum contrapostos, são historicamente duas das mais antigas "instituições" vivas e ativas no mundo: ambas, mesmo se em âmbitos diferentes político-social uma, e religioso-espiritual a outra contam mais de um bilhão de filhos e filhas. Não é um mistério para ninguém que a Santa Sé, em nome de toda a Igreja católica e penso em benefício de toda a humanidade, deseja a abertura de um espaço de diálogo com as Autoridades da República Popular Chinesa, no qual, ultrapassadas as incompreensões do passado, se possa trabalhar em conjunto para o bem do Povo chinês e para a paz no mundo (JOÃO PAULO II, 2001).

Para isso, pediu cuidadosamente que se chegasse à normalização das relações entre os dois Estados.

O atual momento de profunda agitação da comunidade internacional exige da parte de todos um empenho apaixonado para favorecer a criação e o desenvolvimento de vínculos de simpatia, amizade e solidariedade entre os povos. Neste contexto, a normalização das relações entre a República Popular da China e a Santa Sé teria indubitavelmente repercussões positivas para o caminho da humanidade (JOÃO PAULO II, 2001).

O pedido de desculpa do Papa não foi suficiente para convencer as autoridades de Pequim da honestidade das intenções da Santa Sé. Em 2002, a Igreja Clandestina sofreu com o aumento da repressão por parte do governo. Em seguida, foram descobertos documentos e relatórios emitidos pelo próprio governo chinês. Os documentos emitidos relatavam sobre a repressão do próprio governo contra grupos religiosos sem autorização e investigações sobre possível infiltração de grupos religiosos em território chinês (CARLETTI, 2008).

Em um documento confidencial chamado de “O Boletim do Departamento de Segurança Pública de Anhui” em fevereiro de 2001, encontra-se um discurso de Sun Jianxin, vice-diretor do departamento em uma reunião da segurança interna e defesa provincial. É possível destacar alguns trechos sobre a relação com o Vaticano e sobre a atuação dos órgãos de segurança em que fica claro a perseguição do governo para com a comunidade da Igreja Clandestina.

Enquanto a China e o Vaticano discutiam o estabelecimento de relações diplomáticas, os órgãos de segurança pública de toda a província, junto com a Frente Unida (tong zhan) e o departamento de religião começaram a procurar, educar, converter, reconhecer e controlar alguns membros importantes dos católicos clandestinos. Eles descobriram o paradeiro de alguns indivíduos importantes e descobriram o movimento dos principais membros dos católicos clandestinos. Com relação à “canonização” em 1º de outubro pela autoridade do Vaticano em Roma, os órgãos de segurança pública em cada área deram um passo inicial e começaram a apertar a segurança e o controle antecipadamente, impedindo com sucesso atividades ilegais que poderiam ter sido desencadeadas pela organização do evento e proteger a estabilidade social durante este período sensível. Eles também investigaram e lidaram com todos os tipos de atividades ilegais que haviam sido conduzidas sob o nome de religiões, confiscaram um grande volume de materiais ilegais de propaganda religiosa e puniram aqueles que estiveram envolvidos nessas atividades. Desta forma, eles impediram a ampla disseminação de materiais de propaganda ilegal. Devemos resistir vigorosamente a qualquer infiltração religiosa do exterior e realizar reconhecimento e investigação sobre aqueles que vieram para a China para perpetrar atividades religiosas ilegais. Precisamos obter evidências [de suas atividades ilegais] rapidamente e puni-las por meio da lei (SUN JIANXIN, documento 2, 2001) (tradução nossa).

No trecho seguinte, podemos evidenciar a convicção que autoridades chinesas possuíam de que o Vaticano estaria tentando se infiltrar em seus assuntos domésticos desde a canonização dos mártires. Essa suposta ingerência, poderia desestabilizar a Igreja Patriótica e fortalecer a Igreja Clandestina considerada ilegal para o governo chinês.

Depois que seu esforço de canonização foi rejeitado por nosso governo, o Vaticano ainda está esperando por qualquer oportunidade de intervir nos assuntos internos das igrejas católicas em nosso país. Eles atrairão os crentes religiosos patrióticos até eles e os incitarão a se rebelar. Eles também fornecerão apoio aos católicos clandestinos para sabotar a estabilidade nas igrejas católicas [registradas no governo]. Sob sua influência, os principais membros das igrejas católicas clandestinas podem acelerar sua conexão e retomar suas atividades. Algumas atividades ilegais sob a cobertura da religião ocorreram repetidamente, como a realização de aulas de treinamento e a impressão e distribuição de grandes volumes de materiais ilegais de propaganda religiosa, o que requer nossa grande atenção (SUN JIANXIN, documento 2, 2001) (tradução nossa).

Frente a esta possível ingerência, as autoridades chinesas reiteraram a necessidade de impedir qualquer contato que a Igreja Clandestina pudesse vir a ter.

Devemos reforçar a investigação e o reconhecimento dos membros-chave das igrejas católicas clandestinas e de outras pessoas que tenham ligações estreitas com o Vaticano, e impedir que eles entrem em contato com forças externas e se tornem mais influentes e prejudiciais. Precisamos cooperar ativamente com os departamentos de assuntos religiosos e da frente única (zong jiao tong zhan bu men) e continuar educando e convertendo os bispos e sacerdotes clandestinos a fim de esmagar as forças subterrâneas e captar a autoridade da igreja (SUN JIANXIN, documento 2, 2001) (tradução nossa).

A análise destes documentos nos permite compreender a desconfiança dos líderes chineses em relação a atuação do Papa João Paulo II e de seus representantes na China.

Quando João Paulo II veio a falecer em abril de 2005, entre os muitos votos de pêsames estava, pela primeira vez, a manifestação da RPC. “O governo chinês surpreendeu ao lamentar publicamente a morte do pontífice” (DA SILVA, 2009, p.19). De acordo com noticiários, não haveria representação por parte da

China no funeral, devido ao não reestabelecimento das relações diplomáticas e da participação de representantes de Taiwan (DA SILVA, 2009, p.29).

Ao saber da morte dele, o governo chinês, nas declarações oficiais que emitiu à imprensa, manifestou a esperança que sob a liderança de um novo papa poderiam ser criadas condições favoráveis para a retomada das relações entre a China e o Vaticano (CARLETTI, 2008, p. 231).

Mesmo com muitos esforços para se aproximar, João Paulo II não conseguiu alcançar tal objetivo. A China nunca respondeu positivamente apesar às inúmeras tentativas de reconciliação. Somente com a eleição de Bento XVI considera-se uma nova etapa para as relações (TOMÉ, 2013).

Para os chineses, além da dificuldade de compreender o papel religioso do papado em âmbito internacional, a biografia do Papa polonês lembrou-lhes a luta contra o comunismo que foi o lema do papado de João Paulo II durante os longos anos do governo da Igreja católica.

3.1 BENTO XVI E A RPC

Após 26 anos de papado de João Paulo II, fortemente caracterizado por alinhamento claro aos países capitalistas, e anticomunistas, a eleição de Bento XVI, já Prefeito da Congregação da Doutrina da fé (antiga Inquisição) intelectual reconhecido, anunciou a chegada de um novo governo da Igreja Católica mais centrado no fortalecimento da proposta de fé que de atuação política.

Em 2005 foi eleito o novo papa, Bento XVI, um alemão. Para a eleição, chegou inesperadamente uma mensagem do Ministro das Relações Exteriores chinês cumprimentando o novo papa e desejando o início de uma nova fase. Bento XVI não tinha as conotações políticas de João Paulo II cuja ação foi ligada por muito tempo à luta contra o comunismo. O papado de Bento XVI, é considerado um papado apolítico, pois Bento XVI concentrou-se à preservação da fé católica, tirando um pouco a atenção à geopolítica vaticana (CARLETTI, 2012, p. 31).

As autoridades chinesas que o cumprimentaram pela sua nomeação, declararam que a RPC estaria disposta a melhorar as relações com a Santa Sé sob as condições de que a Santa Sé rompesse relações diplomáticas com

Taiwan e que mantivesse a postura de não interferência nos assuntos internos chineses.

Essas condições foram anunciadas à imprensa através da declaração do Primeiro-ministro chinês Wen Jiabao logo após a nomeação de Bento XVI. A comunidade católica que pertencia a Igreja Subterrânea chinesa enviou ao papa as felicitações junto com o pedido de que não fossem ignoradas as situações em que viviam na China (CARLETTI, 2008).

Em um dos primeiros discursos, Bento XVI deixou claro mesmo sem citá-lo diretamente o desejo de estabelecer relações diplomáticas com alguns Estados, entre os quais estava a RPC. A participação mais efetiva das autoridades chinesas em assuntos que envolvessem a Santa Sé fez com que Bento XVI procurasse fazer desse momento uma oportunidade para demonstrar a posição de abertura da Santa Sé para um diálogo (CARLETTI, 2012).

A postura “apolítica” de Bento XVI pareceu tranquilizar as autoridades chinesas tanto que no mesmo ano de sua eleição, ocorreu a primeira consagração de um bispo chinês de acordo com o consentimento de ambas as partes. Essa consagração constituiu um ponto de partida para aproximação entre a Igreja Clandestina e a Igreja Oficial. Para a Santa Sé significou um avanço tanto para os católicos chineses e tanto para as relações com a China.

Para a Santa Sé, foi um sinal muito importante. O governo de Pequim, mesmo não admitindo publicamente, estava de fato reduzindo o controle e permitindo que o Vaticano participasse de um evento da Igreja Católica da China, considerado, até então, de competência exclusiva da Igreja local chinesa (CARLETTI, 2008, p. 236).

Em ocasião do Sínodo em 2005, o papa nomeou quatro bispos chineses com o intuito de que a Igreja Católica da China pudesse participar do evento em Roma, sendo deles três reconhecidos pela Igreja Oficial e um da Igreja Clandestina. Porém ao convidar diretamente os bispos escolhidos, o Papa não se deu conta de ter ignorado o papel central da APCC e da Conferência dos Bispos Católicos chineses que, de acordo com a visão chinesa, deveriam servir de trâmites entre a Santa Sé e os bispos chineses. Esse fato gerou um certo

desentendimento entre a APCC e o Vaticano, pois os primeiros sentiram-se ignorados.

Os bispos chineses não comparecem ao Sínodo, por não ter recebido a autorização do governo. Bento XVI lembrou deles durante a última Missa do evento.

Gostaria agora, convosco e em nome de todo o Episcopado, de enviar uma saudação fraterna aos Bispos da Igreja na China. Com profundo pesar sentimos a falta dos seus representantes. Contudo, desejo garantir a todos os Prelados chineses que os acompanhamos com a oração, assim como aos seus sacerdotes e fiéis (BENTO XVI, 2005).

Logo após o encerramento do Sínodo, o Secretário de Estado da Santa Sé, Cardeal Ângelo Sodano se pronunciou sobre a relação do Vaticano com a RPC e deixou claro que a Igreja se mantinha aberta ao diálogo a fim de reatar relações com a RPC, mesmo sendo necessário romper relações com Taiwan.

A única condição que a Santa Sé apresentava era que a República Popular da China tratasse a Santa Sé com o mesmo respeito com que tratava os outros Estados e respeitasse a liberdade religiosa (CARLETTI, 2008, p. 238).

3.1.1 A CARTA DE BENTO XVI AOS CATÓLICOS CHINESES

No dia 27 de maio de 2007, Bento XVI enviou uma carta aos católicos chineses convidando os mesmos para “voltar à normalidade e a se esforçar de construir a unidade da Igreja Católica na China superando a divisão interna” (CARLETTI, 2012, p.33).

A carta destinada “Aos bispos, aos presbíteros, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos da igreja católica na República Popular da China”, teve uma grande repercussão dentro e fora da Igreja Católica.

Bento XVI salientou a necessidade de manter aberto o diálogo com as autoridades chinesas. Reconhecendo o esforço de deixar as incompreensões ocorridas no passado, mas oferecendo a disponibilidade da Santa Sé para normalizar as relações com a RPC.

Estou ciente de que a normalização das relações com a República Popular da China requer tempo e pressupõe a boa vontade de ambas

as partes. Do seu lado, a Santa Sé permanece aberta a negociações, necessárias para superar o difícil momento atual. De facto, esta situação carregada de mal-entendidos e incompreensões não favorece as Autoridades chinesas nem a Igreja católica na China. Que a China o saiba: a Igreja católica tem o vivo propósito de oferecer, uma vez mais, um serviço humilde e desinteressado, naquilo que lhe diz respeito, para o bem dos católicos chineses e para o de todos os habitantes do País (BENTO XVI, 2007).

Ao escrever sobre a relação entre política e religião, o Papa afirmou que possuía como único objetivo o anúncio do Evangelho sem pretender se submeter ao Estado. Ao contrário, ele deveria se unir ao trabalho do Estado como força espiritual positiva em prol da justiça social.

Por isso, também a Igreja católica que está na China tem a missão não de mudar a estrutura ou a administração do Estado, mas de anunciar aos homens Cristo, Salvador do mundo, apoiando-se — no exercício do próprio apostolado — no poder de Deus. Como lembrava na minha Encíclica *Deus caritas est*, “a Igreja não pode nem deve tomar nas suas próprias mãos a batalha política para realizar a sociedade mais justa possível. Não pode nem deve colocar-se no lugar do Estado. Mas também não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça. Deve inserir-se nela pela via da argumentação racional e deve despertar as forças espirituais, sem as quais a justiça, que sempre requer renúncias também, não poderá afirmar-se nem prosperar. A sociedade justa não pode ser obra da Igreja; deve ser realizada pela política. Mas toca à Igreja, e profundamente, o empenhar-se pela justiça trabalhando para a abertura da inteligência e da vontade às exigências do bem” (BENTO XVI, 2007).

Em seguida, o Papa falou sobre a divisão da Igreja na China e também do papel dos organismos estatais cuja tarefa era controlar a comunidade católica chinesa e do fato de que seus organismos são presididos por pessoas que não pertencem à Igreja Católica.

Bento XVI procurou compreender a dificuldade de relacionamento entre os organismos, os bispos e o clero chinês,

Nos últimos anos, por várias causas, vós, Irmãos no episcopado, tendes encontrado dificuldades porque pessoas não « ordenadas » e, às vezes, nem batizadas controlam e tomam decisões sobre importantes questões eclesiais, inclusivamente a nomeação dos Bispos, em nome de vários organismos estatais. Em consequência disso, tem-se assistido a um aviltamento dos ministérios petrino e episcopal devido a uma visão da Igreja segundo a qual o Sumo Pontífice, os Bispos e os sacerdotes correm o risco de se tornarem na realidade pessoas sem cargo nem poder. Pelo contrário, como se dizia, os ministérios petrino e episcopal são elementos essenciais e integrantes da doutrina católica sobre a estrutura sacramental da Igreja (BENTO XVI, 2007).

Em seguida, mencionou o ponto estratégico da questão, a escolha de alguns bispos e padres de agir clandestinamente. É importante mencionar que pela primeira vez, desde a proclamação da RPC, um Papa afirmou que a clandestinidade não pertencia à normalidade da vida de Igreja.

Alguns deles, não querendo estar sujeitos a um controlo indevido, exercido sobre a vida da Igreja, e desejosos de manter a sua plena fidelidade ao Sucessor de Pedro e à doutrina católica, viram-se obrigados a receber a consagração clandestinamente. A clandestinidade não pertence à normalidade da vida da Igreja, e a história ensina que Pastores e fiéis a ela recorreram somente no tormentoso desejo de manter íntegra a própria fé e de não aceitar ingerências de organismos estatais no que se refere à vida íntima da Igreja (BENTO XVI, 2007).

O Papa atribui à existência da Igreja Clandestina a um período que pertencia ao passado. Ele reconheceu que a realidade mudou e convidou o Governo de Pequim a reconhecer a unidade da Igreja Católica na China. Bento XVI convidou os integrantes da Igreja Clandestina a se unir à Igreja Oficial sem receio de perder o contato com Roma.

Por este motivo a Santa Sé deseja que estes legítimos Pastores possam ser reconhecidos como tais pelas Autoridades governamentais, inclusive quanto aos efeitos civis — na medida em que são necessários — e que todos os fiéis possam exprimir livremente a própria fé no contexto social em que vivem (BENTO XVI, 2007).

Bento XVI revogou as garantias concedidas à Igreja Clandestina pelo seu antecessor que havia considerado não válidos tanto os sacramentos ministrados pela Igreja Patriótica quanto as missas celebradas pela mesma.

Tendo em consideração, primeiro, algumas evoluções positivas da situação da Igreja na China, depois, as maiores oportunidades e facilidades nas comunicações e, por último, os pedidos que diversos Bispos e sacerdotes dirigiram aqui, com esta Carta revogo todas as faculdades que tinham sido concedidas para fazer frente a particulares exigências pastorais, surgidas em tempos verdadeiramente difíceis. O mesmo vale para todas as diretrizes de ordem pastoral, passadas e recentes. Os princípios doutrinários que as inspiravam têm agora nova aplicação nas diretrizes contidas nesta Carta (BENTO XVI, 2007).

A carta escrita por Bento XVI foi uma demonstração concreta ao governo chinês de que os planos políticos estavam em segundo plano e que era mais importante manter a unidade religiosa da comunidade católica chinesa.

O fato de sublinhar os aspectos religiosos e não políticos da vida da Igreja Católica na China, foi percebido positivamente pelo governo chinês que passou a permitir que as nomeações episcopais ocorressem com a aprovação da Santa Sé, como foi o caso da nomeação do arcebispo de Pequim (CARLETTI, 2012, p. 198).

Após a publicação da carta, também foi publicada uma nota, com a finalidade de deixar ainda mais clara a intenção do Papa.

Do texto destacam-se dois pensamentos fundamentais: por um lado, um profundo afeto a toda a comunidade católica na China e, por outro, uma apaixonada fidelidade aos grandes valores da tradição católica no campo eclesiológico; por conseguinte, uma paixão pela caridade e também pela verdade. O Papa recorda as grandes linhas eclesiológicas do Concílio Vaticano II e da tradição católica, mas, ao mesmo tempo, toma em consideração aspectos particulares da vida da Igreja na China, situando-os numa ampla visão teológica (NOTA EXPLICATIVA SOBRE A CARTA DE BENTO XVI AOS CATÓLICOS DA CHINA, 2007).

Não obstante a mudança radical operada por Bento XVI na atitude da Santa Sé em relação às questões espinhosas da Igreja Católica na China, não foi possível reestabelecer relações diplomáticas com a RPC. Alguns especialistas deste tema como Ren Yanli, membro da Academia Chinesa de Ciências Sociais e do Instituto de Pesquisas sobre as Religiões Mundiais, abordaram a questão da relação entre a Igreja Católica e o governo chinês desta forma

O governo quer uma garantia de que a Igreja não se comporte como um corpo político. De que os bispos chineses sejam independentes em relação a eventuais orientações políticas e geopolíticas da Cúria Romana. Na prática, querem evitar a possibilidade de um bispo ou eventualmente um núncio atacar a política do governo. Por isso, há quem insista em Pequim em manter um certo controle sobre as nomeações dos bispos (YANLI, 2009, p.1).

Neste sentido, podemos afirmar que as decisões tomadas por Bento XVI rumo à conciliação da Igreja Católica da China constituíram um grande avanço no diálogo institucional com a RPC. A Santa Sé deixou claro a intenção de não

ingerência nos assuntos políticos do governo chinês e a decisão de invalidar a presença da Igreja Clandestina dentro da comunidade católica chinesa foi fundamental para as autoridades de Pequim.

Em 2013, o Papa Bento XVI anunciou suas dimensões renunciando ao governo da Igreja Católica. Em maio de 2013 foi eleito o novo Papa. Pela primeira vez um papa proveniente do sul do mundo iria governar a comunidade católica mundial.

4. A VIRADA IDEOLÓGICA DE PAPA FRANCISCO E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES COM A RPC

Desde que o Papa Francisco assumiu como pontífice da Santa Sé em 2013, a expectativa geral entre católicos e não católicos era de grandes mudanças em âmbito interno e externo. De acordo com Tomé, no que diz respeito ao âmbito internacional, o Papa Francisco era considerado

um Papa de reformas essenciais para a Igreja Católica, auxiliando-se na sua rede diplomática para conseguir combater os problemas mais graves da Igreja e ao mesmo tempo reforçar os laços com outros Estados (TOMÉ, 2013, p.184).

Após cinco anos de papado, pode-se observar que, de fato, ocorreram mudanças importantes tanto no âmbito interno, relacionadas a temas sensíveis como a homossexualidade e a questão dos divorciados, quanto no âmbito externo principalmente pela aproximação do Papa Francisco às regiões até então consideradas periféricas em relação aos centros tradicionais de poder como Estados Unidos e Europa. Esta afirmação pode ser evidenciada se observarmos a escolha dos novos cardeais por parte do Papa Francisco ao longo destes cinco anos. A maioria deles pertencem a dioceses quase que desconhecidas em lugares distantes da Santa Sé.

O Papa "vindo do fim do mundo" revolucionou desde então a diplomacia da Santa Sé, promovendo uma nova geopolítica orientada para as periferias do mundo (MELGUIZO, 2018, p.2) (tradução nossa)

A nova geopolítica do Vaticano aproximou a Santa Sé de países como Rússia, China, Cuba, países que permanecem vinculados no imaginário ocidental a lugares onde prevaleceria uma tendência ateísta de combate à Igreja Católica. A Santa Sé, sediada no Ocidente, compartilhou por longo tempo esta percepção da ameaça ateísta vinda destes países e isso legitimou quase 40 anos de uma geopolítica do Vaticano claramente anticomunista que se afirmou com Pio XII e se fortaleceu sob o papado de João Paulo II. A ideologia anticomunista do Papa polonês comandou de forma rígida as relações geopolíticas do Vaticano. Tal período coincidiu, não por acaso, com os anos da

Guerra Fria, regidos pela bipolaridade que dividiu o mundo entre o bloco capitalista e o bloco comunista.

Com Papa Francisco, parece ter ocorrido uma desvinculação da posição anticomunista da Santa Sé e, portanto, uma aproximação com países cujos governos são comunistas ou que tem no seu passado regimes comunistas.

Ao lado do movimento de aproximação aos países periféricos, observa-se também o afastamento do papa de países considerados como os mais relevantes no cenário internacional. Em âmbito europeu, por exemplo, o Papa Francisco recusou-se a visitar nações como França ou Alemanha limitando-se a realizar visitas institucionais como a que realizou junto ao Parlamento de Estrasburgo (TORNIELLI, 2017). Nesta ocasião, surpreendeu o discurso de relativização da importância da Europa no contexto internacional, quando Francisco afirmou que

De vários lados se colhe uma impressão geral de cansaço, de envelhecimento, de uma Europa avó que já não é fecunda nem vivaz. Daí que os grandes ideais que inspiraram a Europa pareçam ter perdido a sua força de atração, em favor do tecnicismo burocrático das suas instituições (PAPA FRANCISCO, 2014)

Dotado de uma perspectiva diferente de seus antecessores, Papa Francisco trouxe tentativas de mudanças importantes para a Igreja Católica, principalmente, como já mencionamos no âmbito internacional. Destaca-se, entre estas, as tentativas de reconciliação com a RPC que a Santa Sé vem procurando desde o pontificado de João XXIII com a RPC e que se fortaleceram ainda mais com o Papa Francisco.

4.1. A RETOMADA DO DIÁLOGO ENTRE PAPA FRANCISCO E XI JINPING

Paradoxalmente, o diálogo inaugurado pelo Papa Francisco com o gigante asiático suscita críticas junto aos setores mais conservadores da Igreja Católica. A abertura à China demonstrada pelo Papa argentino é comparada às aberturas a temas sensíveis dentro da Igreja Católica.

A questão da China não é a única controvérsia que o Papa Francisco encontrou nos últimos anos. Depois que sua exortação apostólica "Alegria de Amor" (*Amoris Laetitia*) foi publicada em 2016, ele tem sido criticado por bispos conservadores por abrir as portas da igreja a católicos divorciados e re-casados que recebem a Comunhão, o que eles dizem ser um desvio dos ensinamentos tradicionais da igreja. Sisci se preocupa com o fato de que a questão da China irá adicionar insulto aos danos globais que o Vaticano já enfrenta. "A questão não é apenas sobre a Igreja Católica na China, é sobre toda a Igreja Católica Universal", disse ele (ZHANG YU, 2018, p.1) (tradução nossa).

Papa Francisco parece ignorar tais críticas e seguir seu caminho rumo à reconciliação com países como a China aos quais os seus predecessores dirigiram apelos de aberturas, mas que a China pareceu ter ignorado. Alguns autores como Mauro Lopes (2018) afirmam que a aproximação com a China aconteceu de fato a partir de 2013 com a posse de Francisco, mesmo se já haviam ocorrido importantes iniciativas de diálogo já com Bento XVI quando do envio da Carta aos Chineses, em 2007.

O Papa encontrou um governo chinês desejoso de uma nova relação com a Igreja e o Ocidente, por conta de seu projeto de hegemonia global que pretende contrapor-se ao *big stick* americano com uma proposta baseada em comércio e diálogo. (LOPES, 2018, p.2)

Um artigo da agência Reuters sobre as relações sino-vaticanas, retratou o esforço feito por Papa Francisco para superar o impasse das relações com a China.

Um grupo de trabalho com membros de ambos os lados foi criado em abril e está discutindo como resolver um desacordo fundamental sobre quem tem autoridade para selecionar e ordenar bispos na China, várias das fontes disseram à Reuters. O grupo também está tentando resolver uma disputa sobre oito bispos que foram nomeados por Pequim mas que não conseguiram aprovação papal - um ato de desafio aos olhos do Vaticano. (JUCCA et al, 2014, p. 2)

A Santa Sé organizou viagens na República Popular da China para que seus representantes pudessem, junto com o governo chinês, identificar pontos em comum que ajudassem a superar o impasse que obstaculiza a reaproximação. Após uma destas viagens, o bispo argentino Marcelo Sánchez Sorondo⁹ declarou que existiam "muitos pontos de encontro entre a China e o

⁹ Bispo, teólogo e Chanceler da Academia das Ciências Sociais.

Vaticano”. Tal afirmação trouxe entusiasmo, principalmente por afirmar que naquele momento, “os que atendiam melhor a doutrina social da Igreja eram os chineses.” (SORONDO apud LOPES, 2018, p.2).

Da mesma opinião é Francesco Sisci¹⁰ declarando que, “talvez, hoje, os pontos de convergência estratégicos de longo prazo sejam os maiores da história entre Santa Sé e China, as duas únicas instituições milenares do planeta” (IHU, 2018). Sisci aponta a visita simultânea de Papa Francisco e Xi Jinping aos Estados Unidos, em setembro de 2015, como ao ponto alto desta aproximação, mesmo não obtendo sucesso uma tentativa de reunião entre os dois líderes naquele momento (JUCCA, et al, 2015).

Nesse período, houve uma aceleração muito, muito forte, que nos dá boas esperanças para o futuro próximo. Como essas instituições pensam em termos de séculos ou de décadas, naturalmente, não sabemos onde e quando se chegará a uma normalização das relações. Poderia ser em um mês, em seis meses, em um ano ou em seis anos. Mas houve uma aceleração (IHU, 2018, p.1).

De acordo com a interpretação do Sisci da visita dos dois líderes aos Estados Unidos, a grande atenção dada pelas mídia estadunidenses e internacionais ao Papa Francisco deixou claro para o presidente chinês XI Jinping que o Vaticano era dotado de um notável *soft power* que a China não poderia negligenciar. Esta percepção, segundo Sisci, conduziu a um diálogo mais estreito entre a Santa Sé e RPC, e sobretudo mudou a visão que o governo chinês possuía sobre a Santa Sé e a Igreja Católica.

Se a questão Santa Sé-China era apenas interna, a China a considerava, sim, como uma questão importante, mas, no fim das contas, os católicos não criam problemas, são uma mínima minoria. Isto é, é uma questão que pode ser resolvida amanhã, depois de amanhã, sem nenhuma urgência. Se, em vez disso, a Santa Sé é a superpotência, o pensamento se torna: somos nós, chineses, que devemos nos inserir nesse mundo onde o Vaticano consegue ser tão importante. Devemos ter um senso de urgência. Em segundo lugar, chega também um cálculo de risco. Se o Vaticano é tão poderoso, não se trata mais apenas de gerir esses poucos milhões de católicos chineses. Talvez eles possam nos ajudar, mas talvez até nos prejudicar na nossa posição no mundo. Desse modo, a questão foi levantada em

¹⁰ Professor na Universidade de Renmin na China e um dos maiores estudiosos sobre as relações entre Santa Sé e RPC.

termos totalmente diferentes em comparação com o modo como era pensada antes (SISCI, 2018, p.1).

Ao investigar qual é o interesse da Santa Sé em fechar um acordo com a RPC pode-se apontar que a intenção da Santa Sé pode ser principalmente superar a divisão da Igreja Católica na China para promover a liberdade religiosa de seus membros, tanto do clero, quanto dos leigos chineses.

Esse acordo parece atingir essa meta, unindo as duas igrejas católicas na China, composta por cerca de 12 milhões de chineses, e preparando o caminho para a normalização das relações entre os dois países (SHATTUCK, 2018, p.2) (tradução nossa)

Desde sua eleição, Francisco não mediu esforços para conseguir entrar em contato com o presidente chinês. Nos seus primeiros dias como Papa, ele enviou uma mensagem a Xi Jinping parabenizando-o para sua missão como novo presidente da China.

Durante suas viagens na Ásia, o Papa entrou por três vezes no espaço aéreo chinês e, como é de costume, é enviado um telegrama ao Presidente do país. Foram então três ocasiões que Francisco teve para entrar em contato com o atual presidente da República Popular da China, Xi Jinping. Papa Francisco demonstrou em várias ocasiões sua disponibilidade em visitar a República Popular da China assim como manifestou admiração para com a cultura da civilização chinesa. Em uma entrevista concedida ao cotidiano Ásia Times em 2016, ele manifestou sua admiração pela China, admiração que ele aprendeu lendo a vida de Matteo Ricci, jesuíta italiano que conseguiu estabelecer um diálogo profundo com o imperador e os intelectuais da corte de Pequim no século XIV.

A experiência de Ricci nos ensina que é necessário dialogar com a China que é uma fonte de sabedoria e história. É uma terra abençoada de muitas formas. E a Igreja Católica, que entre suas tarefas tem o respeito de todas as civilizações, frente a esta civilização tem o dever de respeitá-la com a R maiúscula (PAPA FRANCISCO, 2017) (tradução nossa).

A entrevista foi organizada pelo professor Francesco Sisci, docente na Universidade Renmin de Pequim, não em italiano, nem em espanhol, mas em inglês, com o intuito que seu conteúdo pudesse chegar diretamente ao presidente chinês, Xi Jinping, sem traduções.

No voo de regresso da viagem realizada no Mianmar e Bangladesh, Francisco esclareceu que a viagem à China ainda não estava sendo preparada, mas que de fato, poderiam ser evidenciados sinais positivos e negociações em curso com a RPC.

As negociações com a China são de alto nível cultural: por exemplo, nestes dias, há uma exposição dos Museus do Vaticano na China, depois haverá uma – ou houve uma, não sei – dos museus chineses no Vaticano. Temos as relações culturais, científicas, os professores, sacerdotes que ensinam na universidade estatal chinesa... Isto é um ponto. Depois temos o diálogo político, relativo sobretudo à Igreja chinesa - com o caso da Igreja patriótica e da Igreja clandestina –, que se deve realizar passo a passo, com delicadeza, como se está a fazer. Lentamente. Penso que, nestes dias (hoje ou amanhã), começará em Pequim mais um encontro da Comissão Mista. E isto, com paciência. Mas as portas do coração estão abertas. E penso que fará bem a todos uma viagem à China. Eu gostaria de a fazer (PAPA FRANCISCO, 2017).

A iniciativa cultural mencionada pelo Papa Francisco pode ser considerada um marco importante rumo ao caminho de reconciliação entre as duas partes. Com efeito, as relações culturais e científicas funcionam geralmente como ensaios para o estreitamento de relações políticas ou religiosas. A este propósito, lembramos que após décadas de distanciamento entre a República Popular da China e os Estados Unidos, foi justamente a participação conjunta a um evento desportivo, autorizado naturalmente pelas duas partes, que permitiu a retomada de conversações de alto nível, conversações estas que levaram, após alguns anos ao estreitamento das relações diplomáticas entre os dois países. Este fato ficou conhecido mundialmente como a diplomacia do *ping-pong*, o esporte protagonista do evento. Da mesma forma, a troca de obras de arte entre os museus vaticanos e os museus chineses pode ser considerada como o ensaio bem-sucedido que levou a conversações mais efetivas assim como representou um sinal que os dois governos concordavam em dialogar.

Até agora analisamos a mudança significativa da postura geopolítica do pontificado de Papa Francisco. Contudo, o diálogo começou porque as autoridades de Pequim também decidiram mudar sua visão em relação a que tipo de papel que a Igreja Católica pode desempenhar dentro das fronteiras chinesas. Até então, de fato, o papa era percebido pelo governo de Pequim não tanto como um líder religioso, mas como um Chefe de Estado cujos funcionários por ele nomeados (os bispos) operavam em território chinês. O fato de o novo presidente chinês aceitar dialogar oficialmente com a Santa Sé significa que a China reconheceu de fato a influência internacional do Papa Francisco. Além disso, aceitar a Igreja Católica como interlocutor necessário para o país, segundo Sisci, se torna de certa forma urgente pois "se a China quer se tornar uma potência, não pode ignorar outra grande potência" (MELGUIZO, 2018, p.2) (tradução nossa).

Em 2016, pela primeira vez na história das relações bilaterais sino-vaticanas, o presidente Xi Jinping respondeu a mensagem do papa e enviou-o como presente uma réplica da Estela cristã de Xian. Desde Paulo VI, os papas escrevem aos líderes chineses. Até mesmo Mao Zedong recebeu uma carta do Papa da época, mas nunca a Santa Sé recebeu resposta das autoridades de Pequim. (IHU, 2018). Papa Francisco foi, portanto, o primeiro Papa que conseguiu estabelecer um diálogo com as autoridades de Pequim. De acordo com Sisci, o presente recebido do presidente chinês possui grande valor simbólico por lembrar que o cristianismo possui raízes profundas na China.

Xi Jinping, pela primeira vez, respondia com um objeto que queria dizer: o cristianismo não é uma religião ocidental que chegou recentemente à China, mas faz parte da tradição chinesa há séculos, como a outra grande religião hoje dominante no país, o budismo. Este chegou à China também em torno daqueles anos. (IHU, 2018, p.1).

4.2. A QUESTÃO DA NOMEAÇÃO DOS BISPOS CHINESES

Desde 2014, a China e o Vaticano retomaram o contato oficial que continua até os dias de hoje com o intuito de chegar a um acordo que regulamente uma das questões mais espinhosas das relações sino-vaticanas, a

saber, a questão da nomeação dos bispos chineses. Segundo o pesquisador da Academia Chinesa de Ciências Sociais, Wang Meixiu,

Desde 2014, um acordo sobre como os bispos na China serão nomeados tem sido uma questão fundamental nas conversações entre a China e o Vaticano. (ZHANG YU, 2018, p.2) (tradução nossa)

É importante evidenciar como o acordo do qual o pesquisador chinês falou não é um acordo político, ou seja, que visa a retomada das relações diplomáticas, interrompidas há 70 anos, mas um acordo de tipo religioso que visa resolver uma das questões mais discutidas que é a nomeação dos bispos chineses por parte do Papa. Tal questão, até pouco tempo atrás, era considerada inaceitável por parte do governo de Pequim que a percebia como uma ingerência por parte do papa. Conseguir chegar a um acordo deste tipo é visto por ambas as partes como um passo extremamente importante nas relações internacionais dos atores envolvidos.

Em 2014, porta vozes oficiais da Santa Sé e do governo de Pequim já se manifestavam sobre o diálogo em andamento, mesmo sem apresentar muitos detalhes, mas demonstrando a intenção de melhorar a situação dos católicos na China. De acordo com o que fora declarado pelo porta-voz do Vaticano “o objetivo dos contatos entre a Santa Sé e representantes chineses não é principalmente o de estabelecer relações diplomáticas, mas o de facilitar a vida da Igreja e contribuir para tornar as relações eclesiais normais e serenas”. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores Chinês acrescentara que se esperava que “o Vaticano pudesse da mesma forma, ter uma atitude flexível e pragmática e criar condições benéficas para melhorar as relações bilaterais.”(JUCCA et al, 2014, p.3) (tradução nossa)

Após numerosas reuniões, o sinal definitivo de que as negociações estavam caminhando positivamente ocorreu em janeiro de 2018, logo após o pronunciamento do cardeal Pietro Parolin¹¹ durante uma entrevista para o jornal italiano Vatican Insider. O cardeal afirmou que havia esperança que logo chegaria o dia “em que não se falaria mais de bispos ‘legítimos’ e ‘ilegítimos’,

¹¹ Cardeal italiano e Secretário de Estado da Santa Sé.

‘clandestinos’ e ‘oficiais’ na Igreja chinesa, mas num encontro como irmãos” (PAROLIN apud LOPES, 2018, p.3).

A principal base do acordo seria aquela, portanto, de resolver o grande problema da nomeação dos bispos, ponto considerado como o mais importante entrave nas relações sino-vaticanas, pois desde o rompimento das relações diplomáticas em 1951, esta foi a questão que gerou mais desencontros entre o Vaticano e a China. De acordo com Li Shan¹², não obstante o Vaticano esteja ansioso para trazer os cerca de 10 milhões de católicos chineses de volta ao seu rebanho “a questão de saber se o Estado chinês ou a Santa Sé tem autoridade final sobre a nomeação dos bispos tem sido um grande ponto de discórdia” (JOSEPH LI SHAN, 2017, p.2) (tradução nossa).

A concordância em relação a consagração dos bispos era o ponto inicial para chegar a assinatura de um acordo de reestabelecimento das relações entre os dois Estados. Quanto ao retorno às relações diplomáticas, isto ainda aparece distante.

Embora as especificidades do acordo permaneçam privadas por enquanto, uma fonte dentro do Vaticano disse que foi estabelecido as bases para a colaboração entre o Vaticano e o Partido Comunista Chinês na seleção e nomeação de bispos no continente chinês. É improvável que o acordo restabeleça relações diplomáticas formais entre os dois lados, mas até mesmo o acordo mais simples seria um momento histórico, possivelmente abrindo caminho para relações diplomáticas plenas. (SHATTUCK, 2018, p.2)

Contudo, a colaboração estabelecida entre a Santa Sé e a China constitui um passo histórico, principalmente por se tratar do diálogo entre uma entidade religiosa poderosa, como é a Igreja Católica, e um país governado por um forte partido comunista, atores que até pouco tempo atrás eram considerados incapazes de tecer qualquer tipo de diálogo.

A notícia da possível assinatura de um acordo religioso entre China e Santa Sé provocou diversas reações na Igreja Católica Chinesa, tanto reações de apoio à iniciativa de Papa Francisco, como também reações de crítica a esta nova abertura. Esta diferente resposta por parte dos membros da Igreja Católica

¹² Arcebispo católico em Pequim na China.

chinesa se deve justamente à presença de diversos atores, no âmbito eclesial da China.

Em 2017, o cardeal chinês, bispo emérito de Hong Kong, John Tong, falando de um possível alcance do consenso sobre a nomeação dos bispos apresentou este fato como uma ponte para a resolução dos problemas pendentes "De agora em diante, não haverá mais a crise de divisão entre as comunidades abertas e clandestinas da Igreja na China", disse o cardeal. (TONG apud FRAZE, 2017, p.1) (tradução nossa).

Outro bispo emérito da mesma diocese, o cardeal Joseph Zen se demonstrou contrário a este acordo acusando o Vaticano de estar se "vendendo" para a Igreja Católica da China.

Outro ponto que China e Santa Sé deverão resolver é a questão de Taiwan com o qual a Santa Sé continua mantendo relações diplomáticas. Este assunto constitui um tema sensível para o governo de Pequim que repetidamente exigiu que a Santa Sé rompesse relações diplomáticas com a ilha (MELGUIZO, 2018).

Desde a retomada do processo de diálogo com o Papa Francisco, estava claro para ambas as partes que não seria fácil construir um acordo para reestabelecer relações, devido a muita resistência dos dois lados.

Para as autoridades chinesas, havia a preocupação de que o acordo concedesse ao Vaticano uma posição de poder no continente, desafiando sua autoridade absoluta do Partido Comunista. Para a Igreja Clandestina, o acordo poderia significar uma traição por parte do Papa que parecia esquecer todos os anos de prisão e perseguição sofridos pelos bispos clandestinos (JUCCA et al, 2014).

É importante lembrar que o atual presidente chinês Xi Jinping continua a política de seu predecessor, Hu Jintao, de reconhecimento das religiões como um fator importante para o crescimento chinês. De acordo com Sisci, o presente oferecido ao Papa Francisco da réplica da Estela de Xian em 2016 simbolizou uma nova visão do Xi Jinping da religião cristã. Não mais a visão de Mao Zedong que considerava o cristianismo como instrumento colonialista ocidental do século

XIX, mas o reconhecimento oficial do governo chinês da participação do cristianismo na antiga tradição cultural chinesa. Oferecer a *estele*¹³ de Xian significou também reconhecer a importância do cristianismo como parte da Nova Rota da Seda, foco da política externa chinesa de Xi Jinping (SISCI, 2017).

O caminho percorrido para chegar a assinatura de um acordo religioso entre as duas partes foi marcado por várias etapas. Em agosto de 2016, o cardeal John Tong de Hong Kong publicou um ensaio eclesiológico apresentando os termos de acordo entre Santa Sé e a China. O bispo na época afirmou que considerava o acordo possível e que a questão dos bispos poderia ser resolvida para beneficiar a Igreja na China. (IHU, 2018).

Em outubro do mesmo ano, a Universidade do Povo de Pequim organizou um congresso sobre questões religiosas. Tal evento foi considerado importante e também delicado pelo tema discutido, por não ser usual uma universidade do povo tratar de questões religiosas. “Nesse congresso, os chineses expressaram publicamente uma parte absolutamente importante e fundamental em nível histórico das relações seculares da Igreja” (SISCI, 2018). Fazendo referência a um discurso proferido pelo Secretário de Estado da Santa Sé, Pietro Parolin, no mesmo ano, os membros do congresso “enfatazaram a importância que os secretários de Estado têm nas relações bilaterais, e que a liderança chinesa aceitaria o papel do papa na nomeação dos bispos” (SISCI, 2018).

Em março de 2017 pela primeira vez, foi transmitido por um programa de televisão chinês o anúncio do possível normalizar das relações. Esse fato gerou várias discussões. Os chineses, preocupados com o papel da Igreja na queda do regime comunista de alguns países como a Polônia e a União Soviética, temiam que o mesmo acontecesse em território chinês. Comparações foram feitas com Cuba e com a possível convivência entre o regime de Castro e a Igreja Católica.

Na transmissão, objetou-se: sim, por um lado, isso aconteceu, mas talvez também porque, naqueles países, havia carências específicas e fraquezas muito fortes daquele sistema. Mas, ao mesmo tempo, a Igreja, naqueles anos, salvou Cuba, que, em muitos aspectos, podia estar muito mais em risco do que a Polônia ou a Rússia. O regime de

¹³ Coleção de tábuas de pedra que representam a história chinesa.

Castro foi salvo por uma intervenção muito forte da Igreja Católica em favor dos Castro. Isso demonstra, portanto, que a Igreja não tem programas ideológicos, nem agendas políticas. Ao contrário, é uma prova de que a Igreja olha para o mundo em termos amplos e não tem uma prevenção anticomunista de princípio. Certamente, ela é contrária ao ateísmo, quer mais liberdade religiosa, mas salvou Cuba (SISCI, 2018, p.1).

Finalmente, em novembro de 2017, ocorreu a declaração oficial por parte do governo da China de que haveria de fato o desejo de voltar à normalidade das relações. Tal declaração foi muito importante para determinar o anseio político.

No mesmo mês, o Papa viajou até Mianmar em sua primeira visita ao país. A visita foi acompanhada com atenção pela China, por ela manter relações políticas muito próximas com o país.

Em março de 2018, Fang Jianping, vice-presidente do Conselho de bispos da China confirmou que "as negociações entre a China e o Vaticano sobre a nomeação dos bispos estavam progredindo". O secretário de Estado do Vaticano, Pietro Parolin, afirmou que o próprio Papa acompanhava pessoalmente as negociações com as autoridades de Pequim. "Na China não há duas igrejas, mas duas comunidades de fiéis que são chamadas a cumprir um caminho progressivo de reconciliação em direção à unidade", argumentou" (PAROLIN apud MELGUZO, 2018) (tradução nossa).

Frente a estes progressos, as críticas aumentaram.

Nos últimos anos, muitas publicações católicas expressaram preocupação ou opiniões totalmente contrárias à normalização dos laços entre a Santa Sé e a China. As críticas aumentaram muito nos últimos meses, pois é evidente que algum tipo de acordo-quadro foi alcançado e que a normalização está à vista (QINGPING, 2018, p.1) (tradução nossa).

O grande temor era sobretudo o receio que a China não respeitaria a liberdade religiosa. Alguns membros da Igreja Católica temiam que o Papa Francisco poderia trair involuntariamente a Igreja Católica "não-oficial" na China (CHAMBON, 2018) (tradução nossa).

De acordo com o bispo Joseph Li Shan, outro momento importante no processo de reaproximação ocorreu quando o Vaticano pediu que dois bispos chineses da Igreja Clandestina deixassem seu lugar para dois bispos da Igreja Oficial. Tal pedido foi interpretado como uma demonstração da boa vontade da Igreja Católica em relação ao governo de Pequim.

Em seguida, houve relatos de que uma delegação do Vaticano procurou o bispo Peter Zhuang Jianjian¹⁴ para pedir que o mesmo desse lugar a um bispo indicado pelo governo chinês, assim como foi pedido ao bispo Joseph Guo Xijin¹⁵ da província de Fujian, que se tornasse assistente do bispo chinês Vincent Zhan Silu (ZHANG YU, 2018). O cardeal chinês Joseph Zen viajou então para a Cidade do Vaticano para conversar sobre o assunto com o próprio pontífice durante uma audiência privada no dia 12 de janeiro (JOSEPH LI SHAN, 2017).

A decisão do Vaticano de substituir um bispo clandestino por um bispo anteriormente excomungado levantou questões no mundo católico sobre se "sacrificou seus princípios" (ZHANG YU, 2018, p.1) (tradução nossa)

O Vaticano negou que houvesse divergência na opinião entre Francisco e a delegação da negociação.

"O papa está em contato constante com seus colaboradores, em particular na Secretaria de Estado, sobre questões chinesas, e é informado por eles fielmente e em detalhes sobre a situação da Igreja Católica na China e sobre as etapas do diálogo em andamento entre a Santa Sé e a República Popular da China, que ele segue com especial atenção ", disse Greg Burke, diretor do escritório de mídia do Vaticano, em um comunicado. "Por isso, é surpreendente e lamentável que o contrário seja afirmado pelas pessoas na Igreja, promovendo assim confusão e controvérsia", acrescentou o comunicado. (JOSEPH LI SHAN, 2017, p.2) (tradução nossa).

Em entrevista ao jornal chinês Global Times, Sisci disse que tais decisões custaram críticas dentro da Igreja, principalmente na Igreja Clandestina. "Roma precisa encontrar um equilíbrio entre atender aos pedidos de Pequim e manter

¹⁴ Bispo de Shantou.

¹⁵ Bispo de Mindong.

unida a Igreja Católica. A questão da China tem o perigo de dilacerar a Igreja", (SISCI apud ZHANG YU, 2018, p.2) (tradução nossa).

Como já foi mencionado, um dos principais críticos do Vaticano frente à questão chinesa é Joseph Zen, que acredita que entrar em acordo com o governo chinês significa ignorar todas as tristes vicissitudes da Igreja Clandestina.

"Se o Vaticano ordenar que [a igreja clandestina] se renda, depois de anos de luta e privação, alguns aceitarão; a entrega é fácil", disse o cardeal Zen em entrevista ao jornal italiano La Nuova Bussola Quotidiana, originalmente em italiano (ZHANG YU, 2018, p.1) (tradução nossa).

O Cardeal Joseph Zen não hesitou em demonstrar sua contrariedade frente a uma possível reaproximação com a China. Em seus discursos sobre o assunto, Zen sempre se mostra preocupado com relação ao partido comunista. Em uma postagem no seu blog faz a pergunta, "Mas pode haver algo realmente 'mútuo' com um regime totalitário? Ou você se entrega ou aceita a perseguição, mas permanece fiel a si mesmo" (JOSEPH ZEN apud JOSEPH LI SHAN, 2017, p.1).

De acordo com o diretor do Instituto de Estudos Religiosos da Academia de Ciências Sociais de Xangai, Yan Kejia, a Igreja clandestina será um dos vários obstáculos que impedem as relações China-Vaticano de avançar nos próximos anos (ZHANG YU, 2018). Contudo, especialistas relatam que ambos os lados estão trabalhando de forma proativa em direção a uma possível reconciliação. "Se ambos os lados chegarem a um consenso sobre a nomeação dos bispos por meio da viagem da delegação do Vaticano, um avanço na questão de longo prazo poderia ser esperado, disse Wang Meixiu, pesquisador da Academia Chinesa de Ciências Sociais" (LI RUOHAN; ZHANG XIN, 2018, p.1) (tradução nossa).

Para melhor ilustrar os progressos feitos pelo Papa Francisco preparamos uma tabela com as principais iniciativas tomadas pelas duas partes em direção à assinatura do acordo religiosos que visava à resolução da questão da nomeação dos bispos.

TABELA 1- Desenvolvimento nas relações China-Vaticano a partir do Papado de Francisco

Março de 2013	Papa Francisco envia uma mensagem ao presidente chinês Xi Jinping, parabenizando-o por ser eleito presidente da China
Junho de 2014	Pequim e a Santa Sé retomam conversações pela primeira vez desde 2010
Agosto de 2014	Pequim autoriza o Papa Francisco a usar o espaço aéreo chinês enquanto voa para a Coreia do Sul
Setembro de 2014	O Papa Francisco convida o presidente chinês, Xi Jinping, a visitar o Vaticano para discutir a paz mundial
Agosto de 2015	Dom Zhang Yinlin, que foi aprovado pelo Vaticano, ordenado pela igreja oficial na China na província de Henan, um sinal de tensão aliviada entre a China e o Vaticano
Fevereiro de 2016	Papa Francisco envia cumprimentos de Ano Novo à China
Outubro de 2016	Papa Francisco diz que as relações do Vaticano com Pequim são "boas" e ele recebeu um presente do presidente Xi
Dezembro de 2016	Um bispo "excomungado" pelo Vaticano participa da ordenação de um novo bispo em Chengdu
Dezembro de 2016	A China e o Vaticano estão supostamente "em último empurrão" na nomeação do bispo. O Ministério das Relações Exteriores da China diz que a China é "sincera em melhorar as relações com o Vaticano e fez esforços implacáveis para esse fim".

Agosto de 2017	Dom Marcelo Sanchez Sorondo, chanceler da Pontifícia Academia das Ciências do Vaticano, diz que o Papa Francisco "ama a China e o povo chinês e sua história" durante uma conferência sobre transplante de órgãos na China.
----------------	---

TABELA 1- Elaboração própria. Fonte: ZHANG YU, Global Times Publicado em 29/01/2018 (tradução nossa)

4.3. INTERESSES MÚTUOS PARA UMA POSSÍVEL RECONCILIAÇÃO

Os interesses por trás de um acordo são inúmeros por ambas as partes. Para a Santa Sé, é de extrema importância expandir sua influência para o Continente Asiático, assim como contribuir para a liberdade religiosa dos católicos chineses, principalmente os clandestinos que até hoje possuem restrições com relação a sua prática religiosa. De acordo com Giunipero, pesquisadora na Universidade Católica de Milão, que estudou a História da Igreja Católica na China por 20 anos,

uma relação oficial com a China seria coroar um sonho que a Igreja Católica tem cultivada por muitos séculos: estabelecer uma presença regular na China através de uma diplomacia estável. Para a China, melhores relações poderiam polir sua imagem internacional e amenizar as críticas do seu histórico de direitos humanos. Seria também ser um passo importante na valorização do Vaticano longe de Taiwan, entregando à China uma importante vitória diplomática em seus esforços para isolar a ilha autônoma (GIUNIPERO apud JUCCA et al, 2014 p.3).

A China, como uma potência emergente, atua através do *soft power* para aumentar sua influência no sistema internacional e por isso, busca no Vaticano um aliado para facilitar sua inserção no ocidente (MONZÓN, 2017)

Para o Vaticano, de acordo com Sisci (2017), o acordo com a China tem "valor histórico, uma vez que os missionários fizeram um trabalho importante lá no século XVI, mas também geográfico".

O historiador e especialista em estudos sobre Vaticano, Alberto Melloni, reconhece que a questão do acordo constitui uma questão central do papado de Francisco. "Não de uma lógica política", segundo Melloni, mas "do ponto de vista teológico, já que a Igreja Cristã chinesa tem a capacidade de pregar entre sua população, no meio de uma sociedade historicamente secular e hostil" (MELLONI apud MONZÓN, 2017, p.2) (tradução nossa)

O acordo em discussão iria satisfazer os interesses das duas partes. Por parte chinesa, a possibilidade de participar da escolha dos bispos que vão atuar em seu território além de poder mostrar aos parceiros internacionais, na sua maioria cristãos, que o governo comunista tem "legitimação" frente ao Vaticano. Por parte da Santa Sé, o acordo permitir mitigar a divisão interna da Igreja Católica na China e daria ao papa a palavra final na nomeação dos bispos chineses.

Na superfície, a RPC conseguiria o que quisesse com um acordo como esse - as escolhas aprovadas pelos bispos, assim como o prestígio internacional de trabalhar com o Vaticano - e o Vaticano também conseguiria o que deseja - aproximação com a China e legal status para a igreja. Esta solução aparentemente simples deve unir a igreja clandestina ilegal com a igreja patrocinada pelo Estado (SHATTUCK, 2018, p.1) (tradução nossa).

Ao justificar o acordo, um porta-voz do Vaticano explicou que o acordo não resolve todos os problemas, mas é uma forma de contribuir para melhorar a situação dentro das restrições que possuem. "A situação não é a melhor, mas é mais importante, do ponto de vista do Vaticano, conseguir um pé na porta do que ficar completamente de fora" (SHATTUCK, 2018, p.2) (tradução nossa).

Desde a dinastia Qing, o diálogo entre Roma e Pequim nunca foi fácil, a controvérsia dos Ritos Chineses foi um processo traumático durante a dinastia. O diálogo sempre se mostrou um processo desafiador para ambos os envolvidos. Afinal, são duas visões de mundo, com uma extensa tradição e resiliência que estão envolvidas no caminho da reaproximação (CHAMBON, 2018).

O Cardeal Tong em uma carta publicada em 2017, observou que os interesses da China e da Santa Sé se situam em diferentes planos, pois "o governo chinês está preocupado com problemas no nível político, enquanto para

a Santa Sé, os problemas estão nos níveis religioso e pastoral". (TONG apud FRAZE, 2017, p.1) (tradução nossa).

Um dos fatores que dificultou as negociações entre os dois interlocutores foi o papel desempenhado pela APCC. Como já vimos, trata-se de um órgão governamental que durante a época de distanciamento entre a Santa Sé e o governo chinês possuía, juntamente com a Conferência Episcopal da Igreja Católica na China, a última palavra sobre a nomeação dos bispos chineses. A assinatura de um acordo oficial tiraria da APCC tal poder relegando tal órgão ao mero papel de consultor (FRAZE, 2017).

Por isso, o papel da Associação Patriótica é considerado, por muitos, como um empecilho para o desenvolvimento das relações (FRAZE, 2017).

Outra questão bastante discutida foi a modalidade de reconhecimento por parte da China dos bispos que já foram nomeados pelo Papa Francisco mas cuja nomeação não havia sido reconhecida pelo governo chinês. Tais bispos integravam a assim chamada Igreja Clandestina. Segundo o cardeal Tong, tal comunidade foi resultado do período político e histórico especial vivido na China: "Não havia confiança mútua entre a Santa Sé e Pequim, e isso indiretamente levou a uma falta de confiança entre o governo e os bispos comunitários não oficiais, que insistiam nos princípios da Igreja" (TONG apud FRAZE, 2017).

A assinatura de um acordo entre a Santa Sé e a China sobre a nomeação dos bispos teria como resultado uma relação de confiança entre as duas partes. Os bispos e os fiéis da Igreja Clandestina não teriam mais motivos de desconfiar do governo de Pequim legitimado agora pela Santa Sé assim como as autoridades de Pequim não veriam mais os membros da Igreja Clandestina como elementos de possível desestabilização do país (FRAZE, 2017).

4.4 ASSINATURA DO ACORDO PROVISÓRIO PARA NOMEAÇÃO DOS BISPOS

No dia 22 de setembro de 2018, um acordo provisório entre Santa Sé e RPC foi assinado por seus vice-chanceleres visando a resolução da questão da

nomeação dos bispos. Diversas agências de notícias veicularam o fato como um sucesso por parte da Santa Sé.

Isso dá à Santa Sé um papel decisivo na nomeação de todos os bispos em um país cujos 12 milhões de católicos foram divididos entre uma Igreja clandestina que jura lealdade ao Vaticano e à Associação Patriótica Católica, supervisionada pelo Estado. (REUTERS, 2018, p.1) (tradução nossa)

Contudo, segundo a Ucanews, enfatiza que o acordo ainda dá o poder de escolha ao governo chinês que apresenta ao Papa um possível candidato e o papa, por sua vez, aceita ou não a sugestão do governo de Pequim.

A Santa Sé e a China assinaram um acordo provisório que trata da questão crucial das nomeações dos bispos. Este acordo sugere que o lado chinês selecione o candidato bispo, enquanto o Santo Padre tem apenas poder de veto (UCANEWS, 2018, p.1) (tradução nossa).

Outra questão apontada pela agência de notícias Ucanews é que tal acordo deve ser bem compreendido pelos administradores eclesiais da Igreja Católica chinesa para que eles possam ensinar os fiéis chineses da Igreja Clandestina que não existe oposição entre o ser cristão e ser patriota.

Se o acordo provisório é um item para as negociações formais sino-vaticanas, seu texto deve ser conhecido pelo menos para os administradores eclesiásticos das igrejas locais. Eles precisam liderar seus rebanhos para aprender como se preparar para amar sua pátria e a Igreja Católica (UCANEWS, 2018, p.1) (tradução nossa).

O acordo tem uma vigência de 5 a 10 anos. Após este período ele poderá ser renovado aportando eventuais melhorias que se façam necessárias. De acordo com Ucanwes existem recomendações para que o Papa possa reativar a Comissão de Assuntos da China e colocar mais funcionários junto à Cúria Romana que leiam e escrevam em chinês para que o Papa não dependa de traduções.

O Vaticano poderia, pelo menos, reativar a Comissão de Assuntos da China para obter pontos de vista diferentes sobre a China e as relações católicas. Adicionar mais funcionários para a Cúria Romana, que podem ler e escrever em chinês também é recomendado. Eles poderiam ser treinados para se tornarem especialistas em assuntos chineses. Contar com a tradução de documentos para entender a China não é o melhor caminho (UCANEWS, 2018, p.2) (tradução nossa).

De acordo com fontes do Vaticano, o acordo não será publicado e poderá ser melhorado e revisado futuramente. Ainda, o acordo resultou no reconhecimento pelo Papa Francisco da legitimidade de sete bispos chineses nomeados pelo governo chinês sem o consentimento do Papa.

O Vaticano disse que, como parte do acordo, o Papa Francisco reconheceu a legitimidade dos sete bispos chineses nomeados pelo Estado, que foram nomeados sem aprovação papal e os readmitiram na Igreja. "Hoje, pela primeira vez, todos os bispos da China estão em comunhão com o bispo de Roma (o papa)", disse o cardeal Pietro Parolin, secretário de Estado do Vaticano e um dos principais arquitetos do acordo, em um comunicado (REUTERS, 2018, p.1) (tradução nossa).

Portanto, a previsão é de que nas próximas nomeações, os bispos primeiramente serão propostos pela Igreja católica chinesa em concordância com as autoridades locais e então enviadas ao Papa Francisco para tomar decisões finais, podendo ou não ter concordância com a escolha.

No dia 26 de setembro, Papa Francisco enviou uma mensagem destinada aos católicos chineses e a Igreja Universal. Na mensagem, o Papa Francisco falou sobre as muitas vozes que circulam acerca do presente e do futuro da Igreja Católica na China, assim como mencionou o Acordo Provisório assinado recentemente.

Nos últimos tempos, circularam muitas vozes contrastantes sobre o presente e, principalmente, sobre o futuro das comunidades católicas na China. Estou ciente de que semelhante tropel de opiniões e considerações possa ter criado não pouca confusão, suscitando sentimentos contrapostos em muitos corações. Nalguns, surgem dúvidas e perplexidade; outros vivem a sensação de ter sido como que abandonados pela Santa Sé e, ao mesmo tempo, colocam-se a questão pungente do valor dos sofrimentos que enfrentaram para viver na fidelidade ao Sucessor de Pedro. Em muitos outros, ao contrário, prevalecem expectativas positivas e reflexões animadas pela esperança dum futuro mais sereno para um testemunho fecundo da fé em terra chinesa. (PAPA FRANCISCO, 2018)

Na mensagem, Francisco agradece pelo feito lembrando os momentos difíceis e de divergência, além de colocar o diálogo como prática para percorrer a caminhada juntos.

É minha convicção também que o encontro só pode ser autêntico e fecundo, se se verificar através da prática do diálogo, que significa conhecer-se, respeitar-se e «caminhar juntos» para construir um futuro comum de maior harmonia (PAPA FRANCISCO, 2018).

Ao falar do Acordo provisório como resultado do diálogo iniciado por João Paulo II, o Papa também declarou que a intenção da Igreja Católica é voltada para a ação pastoral e não política.

Neste sulco, coloca-se o Acordo Provisório, que é fruto do longo e complexo diálogo institucional da Santa Sé com as Autoridades governamentais chinesas, iniciado já por São João Paulo II e continuado pelo Papa Bento XVI. Através de tal percurso, a Santa Sé nada mais tinha – nem tem – em mente senão realizar as finalidades espirituais e pastorais próprias da Igreja, isto é, sustentar e promover o anúncio do Evangelho, alcançar e conservar a unidade plena e visível da Comunidade católica na China (PAPA FRANCISCO, 26 de Setembro de 2018).

O Papa Francisco também lembrou das tensões, perseguições e controle do governo chinês sobre os católicos e explicou o porquê da decisão de reconhecer os bispos escolhidos apenas pelo governo chinês.

Por isso, depois de ter examinado atentamente cada uma das situações pessoais e escutado diversos pareceres, refleti e rezei muito procurando o verdadeiro bem da Igreja na China. Por fim, diante do Senhor e com serenidade de juízo, em continuidade com a orientação dos meus Predecessores imediatos, decidi conceder a reconciliação aos restantes sete Bispos «oficiais» ordenados sem Mandato Pontifício e, tendo removido todas as relativas sanções canónicas, readmiti-los na plena comunhão eclesial. Ao mesmo tempo, peço-lhes para expressarem, por meio de gestos concretos e visíveis, a reencontrada unidade com a Sé Apostólica e com as Igrejas espalhadas pelo mundo, e para, não obstante as dificuldades, se manterem fiéis à mesma (PAPA FRANCISCO, 2018).

Por fim, Francisco fala sobre deixar as tensões passadas de lado e dar início a um novo percurso inédito para curar as feridas do passado, admitindo o acordo provisório.

O Acordo Provisório assinado com as Autoridades chinesas, apesar de se limitar a alguns aspetos da vida da Igreja e sendo necessariamente perfectível, pode contribuir – na parte que lhe cabe – para escrever esta página nova da Igreja Católica na China. Pela primeira vez, este Acordo introduz elementos estáveis de colaboração entre as Autoridades do Estado e a Sé Apostólica, com a esperança de garantir

bons Pastores à comunidade católica... A propósito, é evidente que um Acordo não passa de um instrumento e, por si só, não poderá resolver todos os problemas existentes... No plano civil e político, os católicos chineses sejam bons cidadãos, amem plenamente a pátria e sirvam o seu país com empenho e honestidade, segundo as suas capacidades. No plano ético, estejam conscientes de que muitos cidadãos esperam deles uma medida mais elevada no serviço ao bem comum e ao desenvolvimento harmonioso da sociedade inteira (PAPA FRANCISCO, 2018).

Em suma, o acordo provisório já esperado para resolver os impasses na questão dos bispos virou realidade. O que se espera daqui para frente é de que esse seja um marco inicial para o que poderá vir a ser o reatamento das relações bilaterais. Apesar de haver assuntos pendentes como a situação do Vaticano com Taiwan e a reprovação de alguns católicos ao acordo provisório, a expectativa de um acordo definitivo é grande, contando principalmente com a atuação do Papa Francisco no assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho buscamos fazer uma análise histórico-política das relações entre Santa Sé e RPC. Apesar de serem dois atores muito diferentes nos âmbitos interno e externo, atualmente o cenário nos mostra que realmente há interesse por parte de ambas as partes na reaproximação e no estabelecimento de um acordo que vise a normalização das relações.

Alcançar uma reconciliação mostrou-se ser tarefa muito difícil pelas demandas internas de cada um, que em momentos propícios para a normalização passaram a atuar com um certo grau de inflexibilidade. A maneira como a política interna influenciou a execução das política externa e atuação no sistema internacional provocaram ainda mais o adiamento da reconciliação.

Desde a chegada dos missionários no continente asiático e em território chinês, durante a segunda onda de colonização iniciada no século XIX, o governo chinês associou a Igreja Católica ao imperialismo ocidental. A principal causa foi a assinatura dos acordos desiguais que continham cláusulas sobre deslegitimar o poder das autoridades chinesas sobre os missionários tutelados pelas potências estrangeiras.

Após a Proclamação da República Popular da China, as relações passaram a ser ainda mais tensas devido ao regime comunista que passou a vigorar. A política anticomunista da Santa Sé fortalecida na década de 1940 tornou ainda mais complexo o processo das relações com a RPC. O governo chinês tinha conhecimento sobre a posição anticomunista do Papa Pio XII na época, a qual era visivelmente expressa em suas manifestações públicas.

Com o lançamento do Movimento das Três Autonomias a ideia de que a Igreja Católica na China fosse apenas uma instituição chinesa e não uma instituição ligada a Roma – Ocidente – passou a ser entendida como uma ameaça a Igreja Católica. O papa Pio XII recusou-se a compreender a peculiaridade da situação católica chinesa dificultando o diálogo até com expoentes mais moderados do governo comunista, como seu ministro das Relações Exteriores, Zhou Enlai.

A resposta da China foi passar a considerar a Santa Sé como um dos seus inimigos o que resultou no rompimento das relações diplomáticas. A APCC, desde sua criação, agiu como instrumento do governo chinês para regulamentar e controlar a Igreja Católica na China influenciando negativamente as relações entre China e a Igreja.

A partir do momento em que a China passou a nomear bispos sem o consentimento do Papa no Vaticano, as tensões aumentaram de forma exponencial. A Igreja Católica na China se dividiu.

Apesar da *Ostpolitik* instaurada pelos papas João XXIII e Paulo VI, mudando a direção anticomunista do Vaticano, o momento na China era de muita repressão pela Revolução Cultural que ocorria à época. O caminho do diálogo somente foi reaberto após as políticas instauradas pro Deng Xiaoping com o objetivo de modernizar o desenvolvimento do país.

As tentativas de diálogo de João Paulo II foram interpretadas de maneira negativa pelas autoridades chinesas e pela APCC. Todas as atividades católicas que não obtinham o consentimento da APCC passaram a ser consideradas clandestinas. Assim como mencionado durante todo o trabalho, a divisão da Igreja Católica na China entre Oficial e Clandestina incentivada pelo próprio Papa polonês, foi um fator determinante dos insucessos das tentativas oficiais de reaproximação.

Com a presença de Bento XVI, começou uma mudança significativa tanto por parte do governo chinês que, pela primeira vez, enviou seus pêsames pela morte de João Paulo II, gesto que demonstrou uma possível abertura depois de anos de silêncio, tanto por parte da Santa com a Carta de Bento XVI aos católicos chineses que longe de querer intervir nos assuntos internos da China, quis demonstrar que estava do lado chinês colocando um fim à legitimidade da Igreja Clandestina. Bento XVI contribuiu fortemente para melhorar a relação do Vaticano com a China, preparando o caminho do novo Papa.

A partir do papado de Francisco, a Igreja Católica entrou num processo de grandes mudanças. No âmbito internacional, o deslocamento geopolítico de seu papado - distanciando-se dos centros tradicionais de poder para aproximar-

se dos países periféricos - sinalizou ao governo a possibilidade de retomar o diálogo.

A autorização da passagem do voo de Francisco a sobrevoar o território chinês em direção a Coreia do Sul representou um avanço significativo para o diálogo, assim como o pronunciamento de Francisco sobre a vontade de visitar o país. Alguns outros acontecimentos também foram importantes para o aprofundamento do processo de reaproximação, como o envio de mensagens por parte dos dois líderes e o envio do presente por parte de Xi Jinping ao Papa Francisco.

No ano de 2014, surgiram rumores sobre reuniões de delegações chinesas e da Santa Sé, o que foi em seguida confirmado pelos respectivos porta-vozes oficiais.

O assunto da negociação afetou de diferentes maneiras os católicos do mundo e também os católicos chineses, agradando muitos e desagradando alguns como foi o caso de Joseph Zen, que acusou a Igreja de estar vendendo-se para o regime comunista.

Apesar destas acusações, no decorrer desta pesquisa ocorreu a esperada assinatura de um primeiro acordo importante para a reaproximação destes dois atores. Com efeito, no dia 25 de setembro de 2018 foi anunciada pela Santa Sé e pela RPC a assinatura de um acordo provisório para estabilizar e esclarecer a questão da nomeação dos bispos. Papa Francisco reconheceu os bispos nomeados anteriormente que ainda não tinham obtido o consentimento do Vaticano e, a partir deste momento, os bispos serão consagrados de acordo com a aprovação conjunta do Papa e do governo comunista.

O acordo provisório sobre a nomeação dos bispos é considerado como o primeiro passo rumo à retomada das relações diplomáticas.

Portanto, nossa hipótese foi confirmada. Assim como a RPC apresenta interesse em assinar um acordo para estabelecer relações bilaterais para conter as acusações de falta de liberdade religiosa e aumentar a sua imagem de influência no sistema internacional como uma potência emergente, a Santa Sé

também apresenta seus interesses de regularizar a situação dos chineses católicos na China e reafirmar sua postura de Igreja Universal.

Com este trabalho espera-se ter contribuído com o estudo tanto da influência da religião nas relações Internacionais como também para reafirmar o papel da Santa Sé como um importante ator institucional no sistema internacional.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Walter. **As igrejas na China: Fortes impressões de uma pequena viagem.** Estudos Teológicos, São Leopoldo / RS, v. 21, n.3, p. 185-191, 1981.

AZEVEDO, Dermi. **Desafios estratégicos da Igreja Católica.** In: LUANOVA Nº 60— 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ln/n60/a04n60.pdf>> Acessado em: 30/09/18.

BENTO, Fábio Régio. **Frei Betto e o Socialismo Pós-Ateísta.** Editora Nomos, Pelotas RS, 2018.

BENTO XV. **Carta Apostólica *Maximum Illud*,** 1919. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/benedict-xv/it/apost_letters/documents/hf_ben-xv_apl_19191130_maximum-illud.html> Acessado em: 01/06/18.

BENTO XVI, **Carta aos Bispos, aos Presbíteros, às Pessoas Consagradas e aos fiéis leigos da Igreja Católica na República Popular da China, 27 De Maio 2007.** Disponível em: http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/letters/2007/documents/hf_ben-xvi_let_20070527_china.html Acessado em: 10/08/18.

_____, **Homilia na solene conclusão da xi assembleia geral ordinária do sínodo dos bispos, do ano da eucaristia e canonização dos beatos,** 23 de outubro de 2005. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/homilies/2005/documents/hf_ben-xvi_hom_20051023_canonizations.html . Acessado em: 05/08/18.

CARLETTI, Anna. **A Política de boa vizinhança chinesa no contexto da integração regional asiática.** Boletim Meridiano 47 vol. 13, n. 132, jul.-ago. p. 11-18, 2012.

_____, Anna. **Diplomacia e Religião: encontros e desencontros entre a Santa Sé e a República Popular da China de 1949 a 2005.** Brasília, FUNAG, 2008.

_____, Anna. **O internacionalismo do Vaticano e a nova ordem mundial: a diplomacia pontifícia da Guerra Fria aos nossos dias.** Brasília, FUNAG, 2012.

_____, Anna. **República Popular Da China e a Santa Sé**: uma longa história de encontros e desencontros. In: EERRI. Anuário do Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais v.1, n. 1, Sant'Ana do Livramento, p. 20-32, 2012.

_____, Anna. **República Popular Da China E Santa Sé**: Uma Longa História De Encontros E Desencontros. In: Revista Conjuntura Austral | ISSN: 2178-8839 | Vol. 1, nº. 1 | Ago.Set 2010.

CARRIÇO, Alexandre. **Grande estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping**. A China e a Política Internacional, Relações Internacionais Junho, p. 023-033, 2013.

CHAMBON, Michel. **The Holy See, China, and the question of sovereignty**, University of Notre Dame, 20 Fev 2018. Disponível em: <<https://international.la-croix.com/news/the-holy-see-china-and-the-question-of-sovereignty/6983>> Acessado em: 15/09/18

DA SILVA, Ronaldo Gonçalves. **Morte de João Paulo II: O evento midiático de maior repercussão na história**. Dissertação de graduação, Centro Universitário de Brasília – UniCeub, Brasília-DF, 2009.

Diretrizes da Santa Sé sobre alguns problemas da Igreja na China Continental, Joseph Cardeal Tomko, 1988 In: Diplomacia e Religião: encontros e desencontros nas relações entre a Santa Sé e República Popular da China de 1949 a 2005. Ed: Funag, Brasília, 2008. Anexo II, p. 277-282.

Documento n.19 emitido pelo comitê Central do Partido Comunista da China em 1982. In: Diplomacia e Religião: encontros e desencontros nas relações entre a Santa Sé e República Popular da China de 1949 a 2005. Ed: Funag, Brasília, 2008. Anexo I, p. 259-275.

FAIRBANK, John King. **China: Uma nova história**. 3 ed, Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

FRAZE, Barb. **China and the Vatican have reached an agreement on bishops**, says cardinal Tong, 9 Fev 2017. Disponível em: <<http://www.catholicherald.co.uk/news/2017/02/09/china-and-the-vatican-have-reached-agreement-on-bishops-says-cardinal/>> Acessado em: 22/08/18

GODIVA Stephanie; FALCI Fernando. **A Revolta dos Boxers, 1995.**

Disponível em:

<http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/A_Revolta_dos_Boxers.pdf>

Acessado em: 05/06/18.

GONÇALVES, Williams; BRITO, Lana Bauab. **Relações Brasil-China: uma parceria estratégica?** Século XXI, Porto Alegre, V. 1, Nº1, jan-dez 2010.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991.**

Tradução Marcos Santarrita — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IHU, **China-Vaticano: vigília de um possível acordo. Artigo de Francesco Sisci.** Revista Instituto Humanitas Unisinos, 25 Fev 2018. Disponível em:

<<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/576377-china-vaticano-vigilia-de-um-possivel-acordo-artigo-de-francesco-sisci>> Acessado em: 29/07/18.

JOÃO PAULO II, **Homilia do rito de canonização de 123 novos santos, 1º**

de Outubro de 2000. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/2000/documents/hf_jp-ii_hom_20001001_canonization.html

Acessado em: 06/08/18.

_____, **Mensagem para a Comunidade Católica na China, 8 de**

Dezembro de 1999. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1999/december/documents/hf_jp-ii_spe_10121999_china.html.

Acessado em: 05/08/18.

_____, **Mensagem por ocasião do IV centenário da chegada do padre Matteo Ricci a Pequim, 24 de Outubro de 2001.** Disponível em:

http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2001/october/documents/hf_jp-ii_spe_20011024_matteo-ricci.html

Acessado em: 08/08/18.

_____. **Carta Caritas Christi aos Bispos do mundo pelo início do Ano Novo Chinês, 6 de Janeiro de 1982.** Disponível em:

<https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1982/documents/hf_jp-ii_let_19820106_caritas-christi.html> Acessado em: 07/06/18.

_____. **Discurso na reunião internacional de estudos por ocasião do IV Centenário do início da missão de Padre Matteo Ricci Na China, 25**

de Outubro de 1982. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1982/october/documents/hf_jp-ii_spe_19821025_matteo-ricci.html>

Acessado em: 07/06/18.

_____. **Homilia na estação Quaresmal e Santa Missa pelas comunidades cristãs na China**, 21 de Março de 1982. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1982/documents/hf_jp-ii_hom_19820321_cristiani-cinesi.html> Acessado em: 07/06/18.

JOSEPH LI SHAN, center, **participates in a Mass in Beijing** on Dec. 24, 2017. (Wu Hong/Epa-Efe/Rex/Shutterstock/Wu Hong/Epa-Efe/Rex/Shutterstock). Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/vatican-seeks-to-drop-bishops-opposed-by-beijing-raising-fears-of-appeasement/2018/01/30/c8ba1c36-05a4-11e8-ae28-e370b74ea9a7_story.html?utm_term=.8ed6e1252932> Acessado em:25/08/18

JUCCA, Lisa; BENJAMIN Kang Lim; TORODE, Greg; PULLELLA, Philip; A THOMAS, Natalie. **Inside their secret negotiations China and the Vatican**, In: Reuters Julho in2014 — 23 de Dezembro de 2017 HONG KONG/BEIJING/ROME/CHENGDU

LAM, Anthony S.K. **The Catholic Church in Present-Day China** Through Darkness and Light. Ferdinand Verbiest Foundation. Hong Kong, China, 1997.

LEFÈVRE, Sérgio Brotero. **Comunismo na China**: "Infiltrar todas as instituições da Igreja". Catolicismo, N° 92, agosto de 1958. In: Catolicismo n° 808, abril de 2018.

LI RUOHAN; ZHANG XIN. **Vatican demands Chinese underground church bishops step down: report**. In: Global Times Publicação: 25 Jan 2018. Disponível em: <<http://www.globaltimes.cn/content/1086448.shtml#.Wmj4w-trYFc.facebook>> Acessado em: 17/09/18

LOPES, Marcos. **Nova geopolítica do Vaticano: perto da China, longe dos EUA**, 20 Fev 2018. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/maurolopes/2018/02/20/nova-geopolitica-do-vaticano-perto-da-china-longe-dos-eua/>> Acessado em: 20/08/18.

MELGUIZO, SORAYA. **La revolución política del Papa Francisco apunta hacia China**. Roma 13 Mar 2018. Disponível em: <http://www.elmundo.es/internacional/2018/03/13/5aa6b473268e3e49548b45d2.html>, Acessado em: 20/08/18

MONZÓN, Ismael. Roma, **El Vaticano y China practican la diplomacia del arte**, 4 Dez 2017. Disponível em:

<https://www.elespanol.com/mundo/europa/20171201/266224298_0.html>
Acessado em: 19/08/18.

NOTA EXPLICATIVA SOBRE A CARTA DE BENTO XVI AOS CATÓLICOS DA CHINA, 27 de Maio de 2007. Disponível em:

https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/letters/2007/documents/hf_ben-xvi_let_20070527_china-note.html. Acessado em: 13/08/18

PAPA FRANCISCO. **Conferência de imprensa no voo de regresso de Bangladesh**, 2017. Disponível em:

<http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/december/documents/papa-francesco_20171202_viaggioapostolico-bangladesh-valoritorno.html>. Acesso em 10 mar. 2018.

_____. **Discurso ao Parlamento Europeu**, 25 de novembro de 2014.

Disponível em:

<http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/november/documents/papa-francesco_20141125_strasburgo-parlamento-europeo.html>. Acesso em 10 ago 2018.

_____. **Mensagem do Papa Francisco aos Católicos Chineses e à Igreja Universal**, 26 de Setembro de 2018. Disponível em:

<https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2018/documents/papa-francesco_20180926_messaggio-cattolici-cinesi.html> Acessado em: 30/09/18.

PIO XII. Carta Apostólica **Cupimus imprimis**. - All'Episcopato, al clero e ai fedeli della Cina, 1952. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/apost_letters/documents/hf_p-xii_apl_19520118_cupimus-imprimis.html>
Acessado em: 01/06/18.

_____. Encíclica **Ad Apostolorum Principis**, 1958. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061958_ad-apostolorum-principis.html> Acessado em: 02/06/18.

_____. Encíclica **Ad Sinarum Gentem**, 1954. Disponível em: < http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_07101954_ad-sinarum-gentem.html> Acessado em: 01/06/18.

_____. Encíclica ***Meminisse iuvat***, 1958. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_14071958_meminisse-iuvat.html> Acessado em: 03/06/18.

_____. Encíclica ***Mystici corporis***, 1943. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061943_mystici-corporis-christi.html> Acessado em: 02/06/18.

QINGPING, Paul Han. **Chinese Catholics don't understand criticising the Pope** In: *Settimana News*, 1 Mar 2018. Disponível em: <<http://www.settimana.news.it/politica/the-holy-see-conference-gets-also-to-china/>> Acessado em: 01/09/18

REUTERS. **Corrected: Vatican, China sign landmark accord on appointing bishops Philip Pullella**. SEPTEMBER 26, 2018. Disponível em: <<https://in.reuters.com/article/pope-china/corrected-vatican-china-sign-landmark-accord-on-appointing-bishops-idINKCN1M607Y>> Acessado em: 29/09/18.

SANTANA, Cristiane Soares de. **Notas sobre a História da Revolução Cultural Chinesa (1966-1976)**. In: *História Social, Revoluções no século XX*, n.17, 2009, p. 115-13. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/279>> Acessado em: 29/09/18.

SERRÃO, José Vicente. **Macau no século XIX: um território, dois impérios**, 1995. Disponível em: <http://www.academia.edu/3521722/Macau_no_s%C3%A9culo_XIX_um_territ%C3%B3rio_dois_imp%C3%A9rios> Acessado em: 05/06/18.

SHATTUCK, Thomas J. **Sellout or saving grace? A Vatican-China Deal— But at What Cost?** *The American Interest*, 14 Mar 2018. Disponível em: <<https://www.the-american-interest.com/2018/03/14/vatican-china-deal-cost/>> Acessado em: 05/09/18

SISCI, Francesco. **China and the Vatican – The times they are a changing**, 6 Jul 2017. Disponível em: <<http://www.limesonline.com/en/china-and-the-vatican-the-times-they-are-a-changin>> Acessado em: 20/09/18

SUN JIANXIN, Document II in: **The Bulletin of the Department of Anhui Public Security**. The office of the Department of Public Security of Anhui

Province March 6th, 2001. Disponível em:
<http://www.china21.org/English/docs/Final%20Report.htm> Acessado em:
09/08/18.

TANG, Edmond. **The Church from 1949 to 1990**. In: TANG, Edmond; WIEST, Jean-Paul. *The Catholic Church in Modern China: Perspectives*. Ed. Wipf & Stock, Eugene, Oregon. 2013.

TOMÉ, Romina Alexandra Sim-Sim. **A Diplomacia da Santa Sé: evolução e questões actuais**. Universidade De Évora Escola de Ciências Sociais, Departamento de Economia. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, Évora, 2013.

TORNIELLI, Andrea. **As viagens de Francisco**. *Conversas com Sua Santidade*. São Paulo: Planeta, 2017.

UCANEWS. Sister Beatrice Leung Kit-fun, Kaohsiung , China, September 25, 2018 **Deal unlikely to improve religious freedom in China**. Disponível em:
<<https://www.ucanews.com/news/deal-unlikely-to-improve-religious-freedom-in-china/83431>> Acessado em: 28/09/18.

YANLI, Ren.. Entrevista por Valente Gianni: **entre Roma e Pequim, o que desfaz os nós é o sensus fidei**. In: 30giorni, n. 12, 2009. Disponível em:
<http://www.30giorni.it/articoli_id_22041_l6.htm>. Acesso em: 12/08/18.

ZHANG YU. **China's underground church accused of being 'a stumbling block' for Sino-Vatican ties**. In: Global Times Publicação: 29 Jan 2018. Disponível em:
<<http://www.globaltimes.cn/content/1087100.shtml#.Wm9SivylHo.facebook>>
Acessado em: 18/09/18